



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 23

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 18 de maio de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pela Deputado Bruno Belo)*

Sumário:

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

Após a chamada às Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à reunião com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, tendo sido, nesse âmbito, apresentados os seguintes votos:

- [Voto de congratulação pelos 50 anos do Coral de São José, Associação Musical](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pela Deputada Graça Silva, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 50 anos do Coral de São José, Associação Musical](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado Luís Maurício, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 100 anos do “Almanaque Camponês”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto esteve a cargo do Deputado Domingos Cunha, tendo, de seguida, participado no debate a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 100 anos do “Almanaque Camponês”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado César Toste, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 50 anos da presença das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus nos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto esteve a cargo do Deputado Domingos Cunha, tendo, de seguida, participado no debate o Deputado Luís Maurício (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pela visita do Papa Francisco a Portugal](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi apresentado pelo Deputado Luís Maurício, tendo, posteriormente, intervindo no debate a Deputada Isabel Quinto (*PS*).

Colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos títulos alcançados no Campeonato Nacional de Desporto Adaptado](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pela Deputada Bárbara Chaves, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação a Rui Tavares e Liliana Sousa - Campeões Nacionais de Atletismo ANDDI nas modalidades de 100 metros Marcha e Lançamento de Dardo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Deputado Paulo Parece e a intervenção da Deputada Bárbara Chaves (*PS*), passou-se à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pela vitória da Escola de Novas Tecnologias dos Açores no CanSat 2017](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto esteve a cargo da Deputada Bárbara Chaves, tendo, de seguida, participado no debate a Deputada Maria João Carreiro (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação: Escola Secundária Manuel de Arriaga vence Sessão Nacional do Concurso EUROESCOLA](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Deputado Carlos Ferreira e a intervenção do Deputado Tiago Branco (*PS*), passou-se à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação: Açores conquista o “112 Awards 2017”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto esteve a cargo da Deputada Sónia Nicolau, tendo, seguidamente, proferido uma intervenção o Deputado Carlos Ferreira (*PSD*).

O voto referenciado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 150 anos da Banda Lealdade de Vila Franca do Campo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o voto pelo Deputado António Viveiros, usou da palavra o Deputado Pedro Moura (*PS*).

O voto mencionado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 25 anos da Associação de Apoio à Criança da ilha Terceira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pela Deputada Isabel Quinto, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 25 anos da Associação de Apoio à Criança da ilha Terceira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o voto pelo Deputado César Toste, o mesmo foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos 25 anos do Agrupamento 973 da Ribeirinha da ilha do Faial](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Deputado Tiago Branco, proferiu uma intervenção o Deputado Luís Garcia (*PSD*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos resultados alcançados no concurso Young Business Talents](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto referenciado foi lido pelo Deputado João Paulo Ávila, intervindo, posteriormente, no debate a Deputada Maria João Carreiro (*PSD*).

O voto foi unanimemente aprovado por todas as bancadas.

- [Voto de congratulação pelos 25 anos do Grupo Folclórico da Casa do Povo de São Brás](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o voto pelo Deputado César Toste, usou, depois, da palavra o Deputado António Parreira (*PS*).

O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelo Centenário do Coliseu Micaelense \(1917-2017\)](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi lido pela Deputada Susana Costa, tendo, após votação, sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelo Centésimo Aniversário do Coliseu Micaelense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Deputado Luís Maurício, tendo o mesmo, após votação, sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação ao Sporting Clube de Guadalupe pela conquista do Campeonato dos Açores de Futebol](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O debate teve início com a apresentação do voto pelo Deputado José Ávila, tendo, também, usado da palavra o Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Colocado à votação, este voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação aos atletas açorianos medalhados no Campeonato Europeu de Kickboxing, na categoria de Point Fhigting, na Grécia](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, na pessoa do Deputado Mário Tomé.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pelos títulos nacionais alcançados no Campeonato Europeu de Kickboxing pelo Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto foi da responsabilidade do Deputado Jorge Jorge.

Colocado à votação, este voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de saudação pelo Centenário do falecimento de Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A Deputada Susana Costa deu início ao debate com a leitura do voto, seguindo-se as intervenções do Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e da Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o voto referenciado foi aprovado por maioria.

Seguidamente, entrou-se na Agenda da reunião, tendo sido debatidos os pontos que abaixo se elencam:

- [Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI – “Conselho Económico e Social dos Açores”](#), pelo Grupo Parlamentar do PSD, na pessoa da Deputada Maria João Carreiro.

- [Proposta de Resolução n.º 2/XI – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”](#), apresentada pela Presidente da Assembleia, Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP e BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

Submetida à votação, a proposta de resolução foi aprovada por unanimidade.

- [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 33/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de exigir ao Governo da República Portuguesa a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Justificada a urgência pela Deputada Graça Silveira, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

- [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 34/XI – “Lei de Finanças das Regiões Autónomas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

O pedido de urgência foi justificado pela Deputada Zuraida Soares, tendo o mesmo, após votação, sido rejeitado por maioria.

Seguidamente, proferiu uma declaração de voto a Deputada Zuraida Soares (BE).

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 35/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de descontaminação de solos e aquíferos na ilha Terceira”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a justificação da urgência por parte do Deputado César Toste, usaram da palavra os Deputados Francisco Coelho (PS) e Paulo Estêvão (PPM).

Colocado à votação, o pedido referenciado foi rejeitado por maioria.

Finalizando o debate deste ponto, proferiram declarações de voto o Deputado César Toste (PSD), a Deputada Zuraida Soares (BE), o Deputado Francisco Coelho (PS), a Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e ainda o Deputado Paulo Estêvão (PPM).

Por fim, a Sra. Presidente passou à leitura da proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de maio, que, após votação, foi aprovada por unanimidade.

Eram 10 horas e 13 minutos.

Presidente: [*Corte na gravação*] que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário possa fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco **Vieira Neto de Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos começar com os votos, como é habitual no PTAP. O primeiro é de congratulação referente ao Coral de São José, Associação Musical, pelos seus 50 anos. Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva, pelo Partido Socialista.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Coral de São José – Associação Musical

O Coral de São José – Associação Musical foi constituído no dia 19 de Março de 1967, dia do seu patrono, São José, por convite do Padre António Almeida Maia, à data pároco titular da Igreja Paroquial de São José, na cidade de Ponta Delgada.

O Coral, então designado por Grupo Coral de São José, era na altura orientado pelo Maestro José Leite Raposo, seu fundador, e tinha por principal atividade abrilhantar as eucaristias dominicais e outras solenidades na Igreja de São José, acompanhadas pelo seu majestoso órgão de tubos. Além disso, quer por iniciativa própria, quer como convidado, o Grupo Coral de São José começou a destacar-se pelos inúmeros saraus, cantatas, recitais e concertos que efetuou na Região, no continente português e nos Estados Unidos da América. Ainda na sua vertente litúrgica, é de relevar a animação das eucaristias dominicais que a RTP – Açores transmitia em direto do seu primeiro estúdio em São Gonçalo, chegando assim também à casa de todos os açorianos.

Em 8 de Dezembro de 1996 constituiu-se como uma Associação com estatutos próprios, passando a ter a atual designação: “Coral de São José – Associação Musical”. Em 2000, foi reconhecido, pelo Governo Regional, como Associação de Utilidade Pública. Em 2008 foi distinguido, no Dia da Região Autónoma dos Açores, com a Insígnia Autónómica de Mérito Cívico. Recebeu também da Câmara Municipal de Ponta Delgada o Diploma de Reconhecimento Municipal.

Ao longo da sua existência, o Coral de São José tem trabalhado com grandes solistas, como Ana Paula Russo, Maria Luísa de Freitas, Susana Teixeira ou Rui Baeta, e com conceituados maestros, como Rui Massena, César Viana, Pearce de Azevedo, Walter Kobera e Adriano Martinolli D'Arcy, fazendo parte do seu repertório peças célebres como “Messias”, de Händel, ou “Carmina Burana”, de Carl Orff.

Entre os momentos importantes do coro, que nunca descurou a animação litúrgica, o Coral de São José a partir de 1995 enveredou por uma versão concertística, tendo tido como pontos altos da sua atuação os concertos na Casa da Música, na Igreja da Lapa, na Sé patriarcal do Porto e nos Jerónimos em Lisboa.

Desde 2012 o Coral de São José vem desenvolvendo um projeto inédito - “Música no Colégio” - único evento do género nos Açores, que decorre no Verão e ao ar livre, com noites temáticas de música nas suas diferentes expressões, bem como teatro e bailado.

Neste ano jubilar, o Coral viu finalmente concretizado o sonho de ter sede própria. As novas instalações localizam-se no centro da cidade num edifício que o Governo Regional dos Açores decidiu requalificar e ceder à instituição como incentivo à prossecução de um trabalho de enorme relevo e excelência no nosso panorama musical.

O Coral de São José conta, atualmente, com cerca de 70 elementos, desenvolve quatro valências, nomeadamente Coro Sinfónico, Coro de Câmara, Coro Litúrgico e Coro Infanto-juvenil, a par da promoção de aulas de Formação Musical.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Coral de São José pelo seu quinquagésimo aniversário, do qual deve ser dado conhecimento à sua direção.

Horta, Sala das Sessões, 18 de Maio de 2017

Os Deputados: *Graça Silva e André Bradford*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se também ao 50.º aniversário do Coral de São José, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50 anos do Coral de São José – Associação Musical

O canto que hoje exulta nos Açores, e especialmente na ilha de São Miguel, enchendo os corações dos amantes do canto, e da música em geral, tem a sua origem nas vozes dos sessenta e cinco elementos do Coral de São José, conduzidas pela mestria do seu diretor musical e artístico Luís Filipe Carreiro.

O Grupo Coral de São José foi constituído a 19 de março de 1967 (dia do seu patrono, São José), por convite de Monsenhor António Almeida Maia, Pároco titular da Igreja Paroquial de São José, na cidade de Ponta Delgada.

Sob a orientação do Maestro, e fundador, José Leite Raposo, o Grupo Coral de São José principiou por abrilhantar as Eucaristias dominicais e outras solenidades religiosas da paróquia de São José.

O então Grupo Coral de São José também deu o seu contributo para o enriquecimento artístico da comunidade micalense com a organização de inúmeras cantatas, saraus, recitais e concertos.

Mas a atividade e brilho do Grupo Coral de São José foi para além-fronteiras da ilha, atuando em diversas localidades da Região, no continente português e nos Estados Unidos da América.

Desde 2012, o Coral de São José vem desenvolvendo um projeto inédito, denominado “Música no Colégio”. Este evento tem vindo a marcar o verão micalense, com as suas noites temáticas de música, nas suas diferentes expressões, contando, ainda com a exibição de espetáculos de bailado e de teatro.

Atualmente, com cerca de 65 elementos, o Coral de São José desenvolve três valências: Coro Sinfónico, Coro de Câmara e Coro Litúrgico a par da promoção de aulas de Formação Musical aos seus coralistas.

Em 8 de Dezembro de 1996 constituiu-se Associação com estatutos próprios, passando a designar-se *Coral de São José – Associação Musical*.

Em janeiro 2000 foi reconhecida como *Associação de Utilidade Pública*, e, mais tarde, recebeu o *Diploma de Reconhecimento Municipal*.

Em maio de 2008, foi condecorada, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com a *Insígnia Autonómica de Mérito Cívico*.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe um voto de congratulação ao *Coral de São José – Associação Musical*, no seu quinquagésimo aniversário, pelo contributo que tem dado ao longo destes cinquenta anos para o enriquecimento da cultura açoriana.

Que do presente voto se dê conhecimento aos órgãos dirigentes do *Coral de São José – Associação Musical – e ao Pároco da Freguesia de S. José.*

Horta, Sala das Sessões, 16 de maio de 2017.

Os Deputados: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros e Paulo Parece*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação referente aos 100 anos do *Almanaque do Camponez*, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

100 ANOS DO “ALMANAQUE DO CAMPONEZ”

Em 1917, Manuel Joaquim de Andrade, proprietário da Tipografia e Livraria Andrade, uma das mais antigas dos Açores, situada na Rua Direita, cidade de Angra do Heroísmo, editou pela primeira vez o “*Almanaque do Camponez*”.

Ao longo dos seus 100 Anos de publicação ininterrupta têm sido os seus conteúdos formativos, informativos, socioculturais e de entretenimento que têm garantido a continuidade do “*Almanaque do Camponez*”.

As informações meteorológicas que, ao longo do ano, avisam os seus consultores quanto ao estado do tempo e aconselhando os agricultores quanto a sementeiras e colheitas são, também, de relevar.

O “*Almanaque do Camponês*” foi o projeto mais emblemático saído da Tipografia Andrade, que em virtude do fecho da mesma, em 1984, começou a ser impresso nas Gráficas de Angra.

Mesmo assim, com a modernização dos equipamentos, o “*Almanaque do Camponez*” passou a ser composto e impresso utilizando as novas técnicas, mas mantendo os mesmos formatos e aparato gráfico.

O “*Almanaque do Camponez*”, em tempo de iliteracia quase geral nos Açores, era uma das publicações que despertava interesse na leitura, sendo conhecidas tiragens de 9 000 exemplares, distribuídos e vendidos em todas as ilhas dos Açores, na Madeira e no continente português.

As comunidades da diáspora residentes nos Estados Unidos da América e do Canadá continuam a adquirir o “*Almanaque do Camponez*”, provavelmente, como elo de ligação e meio de manter as raízes e vivências, apesar das distâncias, dos fusos horários e das condições climatéricas.

A persistência e êxito de Manuel Joaquim de Andrade na publicação do “*Almanaque do Camponez*” levou a que lhe fosse concedida a insígnia de “Cavaleiro da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial”.

Após o seu falecimento, o “*Almanaque do Camponez*” passou a ser editado pelo seu filho Elvino Lonett Andrade, a que se seguiu o neto Luis Lester Fagundes Andrade e, atualmente, cabe ao bisneto Luis Filipe de Matos Andrade manter e cumprir a publicação do “*Almanaque do Camponez*”.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelas razões expressas, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário no mês de maio, que aprove um Voto de Congratulação pelos 100 Anos da publicação ininterrupta do “*Almanaque do Camponez*”, dando conhecimento deste Voto ao atual proprietário Luis Filipe de Matos Andrade.

Horta, 18 de maio de 2017

Os deputados: *Domingos Cunha, António Parreira, Francisco Coelho, Isabel Quinto, Fátima Ferreira e André Bradford*

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP obviamente que se associa a este voto, por maioria de razão.

Efetivamente, esta publicação, por todas as razões e mais alguma, de uma região em que a agricultura é um dos seus principais pilares, pela abrangência que tem e pelo facto de, neste momento, estar a cargo de Luís Filipe Matos de Andrade, que nos é muito caro, queríamos-nos associar a este voto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente aos 100 anos do *Almanaque Campones*, para apresentar o voto de congratulação apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva.)

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

100 Almanaque Camponez

O "Almanaque do Camponez", fundado na ilha Terceira por Manuel Joaquim de Andrade, é publicado há 100 anos ininterruptamente no seio da mesma família, sendo o mais antigo do seu género.

Este é uma espécie de guia prático para agricultores e não só, publica anualmente ao longo de 28 páginas informações úteis diversificadas.

O actual responsável, Luís Filipe Miranda, bisneto do fundador em cada publicação mensal, em termos gerais, coloca em cada publicação o que é que o agricultor/horticultor deve fazer nas suas quintas, hortas, o que deve semear, podar e plantar. Tem de se ver as luas, se é cheia ou nova. Não convém semear nos quartos minguantes. Traz dados históricos dos Açores, dados sobre meteorologia" e notas sobre as tradições açorianas.

Autodesignado como "reportório crítico, cómico e prognóstico", o "Almanaque do Camponez", impresso em papel reciclável, é consumido por agricultores e público de vários quadrantes sociais e até surfistas.

Com uma tiragem de nove mil almanaques, este guia prático do agricultor e jardineiro vende nos Açores, Madeira, Canadá e Estados Unidos da América, representando, uma publicação de referência para muitas pessoas dentro e fora dos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela comemoração dos 100 anos do Almanaque Camponez, a sua perseverança e o serviço à comunidade.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao senhor Luís Filipe Miranda e sua família.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2017

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros, Paulo Parece, César Toste e Luís Rendeiro*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PS, refere-se aos 50 anos da presença das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus nos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

50 ANOS DA PRESENÇA DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, NOS AÇORES

A Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus foi fundada em 31 de maio de 1881, em Espanha, tendo sido S. Bento Menni, a fundar a referida Congregação, que teve origem na comunidade dos Irmãos de S. João de Deus.

Com a fundação desta Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus foi dado início à criação da primeira rede psiquiátrica em Espanha, em finais do século XIX, constituída por 22 centros assistenciais.

Nos Açores, a Congregação é responsável pela prestação da assistência psiquiátrica feminina nas ilhas Terceira e de São Miguel, através das Casas de Saúde do Espírito Santo e de Nossa Senhora da Conceição, respetivamente.

As Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus foram as primeiras enfermeiras psiquiátricas na ilha Terceira desde há 50 anos, e na ilha de São Miguel há 44 anos, com o objetivo de prestar assistência integral da pessoa nas dimensões biopsicossocial, éticas, espirituais e relacionais, numa perspetiva humana, que surge como uma melhoria significativa no tratamento de doentes psiquiátricos.

No entanto, face ao pouco valorizado papel da Mulher na sociedade da época, foi preciso esperar por 1947 para que abrisse uma seção feminina, mas sem enfermeiros.

A assistência psiquiátrica feminina na ilha Terceira só atinge igualdade de cuidados às doentes do foro psiquiátrico com a abertura da Casa de Saúde do Espírito Santo, em 1967, com a Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, e, na ilha de São Miguel, com a Casa de Saúde de Nossa Senhora da Conceição, desde 1973.

A vinda das Irmãs da Congregação Hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus para os Açores e a criação das mencionadas Casas de Saúde vimos ultrapassadas dificuldades até então existentes e fundamentais para o tratamento e cuidados que se prestam às mulheres no âmbito da saúde mental e, fundamentalmente, pela equiparação dos cuidados dados.

Os 50 Anos da presença das Irmãs Hospitaleiras do Imaculado Coração de Jesus, na Região Autónoma dos Açores, também contribuíram para a celebração dos Direitos da Mulher e da sua emancipação.

Estão de parabéns as Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus pelo trabalho desenvolvido nestes 50 anos.

Estamos convictos que estes 50 anos irão prolongar-se com o mesmo espírito ativo e inovador, continuando a desenvolver e a respeitar a atividade assistencial que envolve a prevenção, o tratamento, a reabilitação e reintegração social no âmbito da psiquiatria, psicogeriatría e deficiência mental. A Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus irá continuar como parceira imprescindível e fundamental nas vertentes da saúde e da solidariedade social, continuando a contribuir para a história da Saúde Mental nos Açores.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de maio, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, na Região Autónoma dos Açores e que este Voto seja dado conhecimento à Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, às Irmãs Superiores da Congregação, às Senhoras Diretoras Gerais e Direção Clínica das respetivas Casas de Saúde.

Horta, 18 maio de 2017

Os Deputados: *Domingos Cunha e André Bradford*

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho para, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, nos associarmos ao voto de congratulação pelos 50 anos de presença das Irmãs Hospitaleiras do

Sagrado Coração de Jesus nos Açores, Irmãs essas que têm desempenhado um papel fundamental no âmbito da prevenção e da assistência aos doentes portadores de doença mental, assumindo, aqui, diferentes dimensões, nomeadamente a assistencial, que eu acabei de referir, mas também, e não menos importantes, a dimensão social e a dimensão humana no exercício destas Irmãs Hospitaleiras, repito, no âmbito da doença mental.

É mais do que justo este voto de congratulação e por isso é com gosto que nos associamos a ele.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se à visita do Papa Francisco a Portugal, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

VISITA DO PAPA FRANCISCO A PORTUGAL

A visita/peregrinação pela paz e pela justiça que o Papa Francisco fez a 12 e 13 de Maio à Cova da Iria, por ocasião do centenário do início deste fenómeno religioso que ficou conhecido como “aparições de Fátima”, constitui um momento ímpar e que ficará nos registos da história de Portugal.

O Papa Francisco, na sua curta viagem, tornou-se para o mundo dos crentes e não crentes, uma referência especial de respeito pela religiosidade popular e, ao mesmo tempo, de arauto do que aquele “altar do mundo” pode significar para as mudanças que se impõem contra a onda de fundamentalismos religiosos que avassalam o mundo.

Com a canonização de duas crianças videntes, Francisco e Jacinta Marto, as primeiras crianças não mártires a ascender à honra dos altares, na história bimilenar da igreja, o Sumo Pontífice dá um sinal de que a verdadeira santidade está de mãos dadas com a simplicidade, independentemente de todos os poderes económicos e sociais.

Não sendo possível, pela característica da peregrinação e pela própria agenda pontifícia, estender a sua visita à Diocese de Angra, desta Região Autónoma dos Açores, o Papa Francisco teve a atenção e cuidado de agradecer o convite que lhe foi formulado pelas entidades religiosas e governativas da Região e de pedir que os Açorianos a ele estivessem unidos nesta sua vinda a Portugal.

Considerando que a universalidade e a força da mensagem do Papa Francisco, está muito acima da sua presença física em qualquer lugar;

Considerando que um dos grandes desafios que se põem para os Açores, neste momento, é o desafio ambiental e de conservação do património natural do mundo que nos foi dado, para dele cuidarmos, e sabendo que esta é uma das grandes preocupações do Papa Francisco, na sua recente encíclica “Laudate Si”;

Considerando que o humanismo cristão é marca fundamental da civilização Ocidental, que neste momento corre grande perigo, e que os Açores se revêem

nessa matriz de inspiração cristã que o Papa de forma brilhante explana na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (A Alegria do Evangelho);

Considerando ainda a profunda ligação que existe entre Fátima e o Santuário da Esperança, no sentido da religiosidade popular mariana que deve conduzir à devoção cristológica, consubstanciada no culto ao senhor Santo Cristo dos Milagres, perante o qual se ajoelhou o Papa São João Paulo II, em 11 de Maio de 1991;

O Grupo Parlamentar do PSD, no âmbito das disposições regimentais aplicáveis, propomos que seja a provado este voto de congratulação, pela presença do Papa Francisco em Fátima, com a esperança de que no seu Pontificado possa ainda pisar terras açorianas, onde é querido por todos os homens e mulheres de boa vontade que nestas ilhas habitam!

Propomos igualmente que deste voto seja dado conhecimento à Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, através do Senhor Bispo D. João Lavrador.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2017

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros e Paulo Parece*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Isabel Quinto, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS obviamente que se associa a este voto de congratulação e reconhece a grande importância da vinda do Papa Francisco a Fátima como peregrino.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos títulos alcançados no campeonato nacional de desporto adaptado, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS):

Voto de congratulação

pelos títulos alcançados no Campeonato Nacional de Desporto Adaptado

Os resultados obtidos pelos clubes e atletas dos Açores que participaram no Campeonato Nacional de Desporto Adaptado, nos dias 29 e 30 de abril, no Luso, levaram novamente o nome da Região ao mais alto nível. A entrega e empenho destes atletas, dos seus clubes, dos seus treinadores e, obviamente, das suas famílias deve, aliás, ser motivo de orgulho para todos os Açorianos.

Para além de todas as participações e resultados honrosos que os praticantes açorianos têm obtido no desporto adaptado, nos últimos anos, merecem uma palavra especial todos os atletas que neste campeonato nacional alcançaram um lugar no pódio, nomeadamente pelas 22 vezes em que subiram à primeira posição, sangrando-se campeões nacionais, dez vezes em segundo lugar e nove vezes em terceiro. Estes atletas participaram em representação da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores, da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, da associação Nordeste Jovem e a Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira.

André Aveiro, Adriano Nascimento, Ana Filipe, Ana Sofia Carvalho, Carlos Lima, Cláudia Ponte, Leandro Dutra, Liliana Sousa, Márcio Lima, Mariana

Toste, Melissa Cardoso, Rui Tavares, Tatiana Godinho são os novos campeões nacionais, levando assim as cores dos Açores ao mais alto patamar do desporto adaptado português.

Estas conquistas resultam não só do empenho individual, mas também coletivo onde se enaltece o trabalho destas associações e destes clubes desportivos que têm rentabilizado os incentivos e apoios do Governo Regional dos Açores. O sucesso desta dedicação conjunta de vários intervenientes, permitiu-nos um progresso notável na Região, que conta atualmente com 37 entidades registadas que, nos Grupos Oriental e Central, desenvolvem atividades de desporto adaptado de forma regular. Com o apoio da Direção Regional do Desporto, esta prática regular abrange 870 atletas das várias ilhas e em diversas modalidades. E permitam-me recordar que na época de 2001-2002 existiam nos Açores apenas 2 entidades desportivas com cerca de 28 participantes.

Deve também ser motivo de congratulação para todos os Açorianos, como é para o Partido Socialista, a evolução que se regista no Desporto Adaptado nos Açores que tem, neste momento, uma parte da sua atividade a decorrer em contexto federado e de alta competição. É o caso da natação em que há, pelo menos, dois atletas que participam com regularidade nos campeonatos nacionais e que alcançam resultados muito importantes.

Também no atletismo, os atletas açorianos têm se distinguido em representação da seleção nacional, não só nas provas do Comité Paralímpico Internacional, mas também a nível de Alto Rendimento, incluindo a presença nos últimos jogos Paralímpicos (com a atleta Ana Filipe que participou, no Verão passado, nos Jogos Paralímpicos no Rio de Janeiro).

Reitero assim o orgulho da Região pelo empenho, dedicação e sucesso que estes desportistas têm alcançado, que é também extensivo aos Clubes, treinadores e às famílias dos atletas.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de maio, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos resultados obtidos no Campeonato Nacional de Desporto Adaptado e que este Voto seja dado conhecimento à Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores, à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, à associação Nordeste Jovem e à Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira.

Horta, 18 de maio de 2017

Os deputados: *André Bradford, Bárbara Chaves e João Costa*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Rui Tavares e Liliana Sousa, campeões nacionais de atletismo da Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

**Rui Tavares e Liliana Sousa – Campeões Nacionais de Atletismo ANDDI
nas modalidades de 1000 metros Marcha e Lançamento de Dardo**

No passado dia 29 e 30 de abril, o Centro de Estágio do Luso, na Mealhada, recebeu os Campeonatos Nacionais de Atletismo ANDDI - Portugal – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto marcou, de novo, presença com a participação de dois atletas: Rui Tavares e Liliana Sousa, que garantiram a qualificação na fase regional – Campeonato Regional de Desporto Adaptado que se realizou na ilha Terceira no passado mês de abril.

O atleta Rui Tavares sagrou-se Campeão Nacional nos 1000 metros em Marcha, obtendo a medalha de ouro.

A atleta Liliana Sousa, alcançou título de Campeã Nacional no Lançamento de Dardo feminino (600 Gr.), com a marca de 20, 33 mts. e, também, o 2º lugar na modalidade de Lançamento de Peso, medalha de ouro e de prata, respetivamente.

Ambos os atletas são utentes do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto que integra, para além dos dois campeões nacionais, vários utentes praticantes de desporto, incluído nas suas atividades.

Em 2016 os atletas sagraram-se, também, campeões nos referidos campeonatos: a Liliana Sousa em Lançamento de Peso, Lançamento de Dardo e Triatlo e o Rui Tavares nos 1500 mts. – Marcha.

Os resultados, de novo alcançados, são o resultado da dedicação dos atletas, do trabalho desenvolvido pelo seu treinador e pelo entusiasmo e incentivo dos funcionários daquela valência e ainda pelas condições proporcionadas pela instituição.

Certamente será mais um estímulo para a continuação do magnífico trabalho realizado pelo Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da

Misericórdia, prosseguindo o objetivo primordial da plena integração dos seus utentes na comunidade mariense sendo, por isso, merecedores do reconhecimento desta assembleia.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe a aprovação do seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela obtenção dos títulos de Campeões Nacionais de Atletismo ANDDI – Portugal dos atletas do CAO da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto: Rui Tavares nos 1000 metros em Marcha, obtendo a medalha de ouro, e a atleta Liliana Sousa, no Lançamento de Dardo feminino (600 Gr).

Que o mesmo seja dado conhecimento aos atletas, à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto e ao seu treinador.

Horta, Sala das Sessões, 18 de maio de 2017

Os Deputados: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros e Paulo Parece*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Partido Socialista, gostaria de dizer que nos associamos a este voto de congratulação.

A Liliana e o Rui sagraram-se campeões nacionais no desporto adaptado. É, de facto, pelo esforço, pela dedicação, pelo empenho destes atletas que se conseguem conquistar medalhas, que é possível superar objetivos e é a prova de que, com esforço e com dedicação e com empenho, é possível fazer mais e melhor e é possível atingirmos e superarmos as dificuldades que, por vezes, encontramos.

Estas conquistas não são apenas para eles, são para todos os técnicos da Santa Casa, para os colaboradores, para os funcionários, para os dirigentes, que, todos os dias, os ajudam e os motivam para que consigam superar os seus objetivos, atingir os seus objetivos.

Também realçar aqui o treinador Nuno Costa, que, de modo voluntário, dá tudo de si em prol destes jovens e ajuda-os a conquistarem estes objetivos.

Realçar aqui que, além da Liliana e do Rui, outros atletas do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa participaram também neste campeonato, tendo conquistado também outros lugares no pódio.

De realçar também aqui que a Liliana conseguiu, nesta prova e com esta conquista, superar a campeã paraolímpica em título e tem por isso uma saudação e uma congratulação, julgo eu, redobradas por esse feito.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto com gosto.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é apresentado pelo PS, é de congratulação pela vitória da Escola de Novas Tecnologias dos Açores no CanSat 2017. Tem a palavra, novamente, a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS):

Voto de Congratulação

Pela vitória da Escola de Novas Tecnologias dos Açores no CanSat 2017

A Escola de Novas Tecnologias dos Açores venceu, no início deste mês de maio, a edição nacional de 2017 do projeto CanSat, revalidando assim o título nacional alcançado no ano passado. Este ano, a fase final deste concurso foi organizada pela primeira nos Açores, mais especificamente na ilha de Santa Maria, numa colaboração entre o Governo Regional dos Açores e outras entidades locais.

A equipa vencedora, designada por Team SAT3, coordenada pelo professor Duarte Cota, é constituída pelos alunos Mariana Viveiros, Marina Sousa, João Farias, Ricardo Sousa e Diogo Medeiros, e irá representar Portugal na Final Europeia do CanSat 2017, organizada pela Agência Espacial Europeia, que decorrerá de 28 de junho a 2 de julho de 2017, em Bremen, na Alemanha.

A verdade é que a Região tem já tradição nestes concursos de tecnologia espacial, tendo vencido por duas vezes, competições europeias: em 2013 com uma equipa da Escola Secundária da Ilha de Santa Maria e em 2016 com uma equipa, precisamente, da Escola de Novas Tecnologias dos Açores.

Recorde-se que o projeto CanSat é uma competição promovida pela Agência Espacial Europeia (ESA), destinada a estudantes do ensino secundário que tem como principal objetivo a construção, configuração e lançamento de um satélite miniaturizado. Este projeto educativo proporciona, assim, aos estudantes a primeira experiência em projetos relacionados com as tecnologias do Espaço, implicando um grande envolvimento e trabalho de equipa e potenciando, pela aplicação prática, os conhecimentos adquiridos em diversas disciplinas escolares, nomeadamente na área da física, informática e eletrónica.

Neste sentido, a participação de jovens Açorianos nestas competições é, sem dúvida, uma mais valia para a sua formação e, conseqüentemente, para a projeção e futuro da Região. Peça chave neste processo têm sido também os professores que são, muitas vezes, o “braço direito” destas equipas no desenvolvimento dos seus projetos.

A promoção da divulgação científica e tecnológica e do ensino experimental das ciências tem sido, assim, fundamental para a formação dos nossos jovens, estimulando o interesse pelas temáticas científicas e tecnológicas, neste caso a espacial, com o objetivo de despertar vocações para estas áreas. Os resultados mais uma vez alçados comprovam bem esta realidade, assumindo-se como um orgulho para a Região.

De referir que a própria escolha da ilha de Santa Maria, para a realização da fase final nacional do CanSat deste ano, revela que não só esta ilha, mas também todo o arquipélago já tem um caminho trilhado nesta área, afirmando-se como berço para o surgimento de novos e prósperos projetos. Relembre-se que Santa Maria é cada vez mais um destino reconhecido nesta área por acolher diversos investimentos como as estações da Agência Espacial Europeia, do projeto Galileu e da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais.

Neste momento em que a equipa açoriana se prepara para participar na prova europeia, cabe-nos desejar as maiores felicidades na representação que farão da Região Autónoma dos Açores e de Portugal, esperando que os mesmos obtenham os melhores resultados possíveis à semelhança do que tem acontecido no passado recente.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 18 de maio de 2017, aprove um voto de congratulação pela vitória da Escola de Novas Tecnologias dos Açores no CanSat 2017-edição nacional.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à equipa Team SAT3 e à Escola de Novas Tecnologias dos Açores.

Horta, 18 de maio de 2017.

Os Deputados: *André Bradford, Bárbara Chaves e João Costa*

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD Açores associa-se a este voto de congratulação pela vitória da Escola das Novas Tecnologias dos Açores. Mais uma vez, assistimos a um grupo de alunos que estão muito motivados e empenhados num projeto que permite desenvolver competências e atitudes, projetando o nome dos Açores além-fronteiras, pelo que desejamos as maiores felicidades aos alunos em questão.

Obrigada.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo que não há mais inscrições. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é apresentado pelo PSD, é um voto de congratulação à Escola Secundária Manuel de Arriaga, que venceu a sessão nacional do concurso Euroscola.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Escola Secundária Manuel de Arriaga vence Sessão Nacional do Concurso
EUROSCOLA**

Nos dias 8 e 9 de maio de 2017, decorreu na Assembleia da República a Sessão Nacional do Concurso *Euroscola*, com a presença de escolas representativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e de todos os distritos portugueses, com exceção do distrito de Beja.

Sob o tema “**Reinventando a Europa**”, os alunos das escolas apuradas, apresentaram os seus trabalhos perante um júri nacional, constituído por representantes do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal, do Conselho Nacional de Juventude e da Associação Portuguesa de Estudos Europeus.

Num concurso em que pontuam como critérios, entre outros, a coerência e a originalidade na abordagem da dimensão europeia do tema, a Escola Secundária Manuel de Arriaga, da ilha do Faial, que representou a Região Autónoma dos Açores após ter vencido a fase regional organizada pela Direção Regional da Juventude, logrou vencer também a sessão nacional.

O Concurso Euroscola é organizado, a nível nacional, pelo Instituto Português do Desporto e Juventude e pelo Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal, com a participação da Assembleia da República, das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e das Direções Regionais da Juventude dos Açores e da Madeira.

Os objetivos do concurso realizado em cada Estado Membro e das sessões Euroscola realizadas no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, consistem em:

- Familiarizar os jovens com o funcionamento das instituições europeias;
- Consciencializar os jovens sobre a sua condição de cidadãos europeus e a sua intervenção na organização futura da Europa;
- Oferecer aos jovens uma tribuna onde possam exprimir as suas opiniões pessoais e valorizar o seu envolvimento no projeto europeu.

A distinção alcançada pela Escola Secundária Manuel de Arriaga, representada pelos alunos Júlia Vieira Branco e André Costa, orientados pela Professora Ilídia Fialho

Quadrado, constitui motivo de orgulho e de esperança acrescida no aprofundamento do projeto europeu.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um voto de congratulação pela vitória da Escola Secundária Manuel de Arriaga na Sessão Nacional do Concurso Euroscola de 2017.

Mais propõe que deste voto seja dado conhecimento à Escola Secundária Manuel de Arriaga e aos alunos e professores envolvidos.

Horta, Sala das Sessões Plenárias, 18 de maio de 2017

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros, Paulo Parece, Carlos Ferreira e Luís Garcia*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Tiago Branco, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta que é a minha primeira intervenção nesta qualidade, gostava de saudar todas as Sras. e Srs. Deputados, esperando poder dar o meu contributo para a dignificação desta casa e, no contexto que ela tem, para o desenvolvimento da nossa região e da ilha do Faial.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Intervenho em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para nos associarmos a este voto de congratulação, saudando a Escola

Secundária Manuel de Arriaga por esta vitória na sessão nacional do concurso Euroscola, bem como todos os seus alunos e os seus intervenientes.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PS e refere-se à conquista pelos Açores do prémio 112 Awards 2017.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

AÇORES CONQUISTA O “112 Awards 2017”

O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) foi o vencedor do “112 Awards 2017”, uma distinção que reconhece os melhores sistemas do número de emergência europeu.

Nomeado na categoria “Remarkable Public Safety Answering Point Achievement” que tem como premissa o reconhecer feitos extraordinários na área das chamadas de emergências que contribuiu para a segurança dos cidadãos e para o progresso da segurança pública.

Os sistemas que contribuíram para o prémio na referida categoria assentam na: valorização pela globalidade das funções associadas ao serviço, desde logo por se inteirar num sistema de gestão integrado de atendimento e despacho da

comunicação; com a triagem e aconselhamento de Manchester, com apoio médico diferenciado, priorização de socorro, que regista e gere todas as ocorrências numa única base de dados; um sistema telefónico que identifica as chamadas recebidas, valorizando-se com a nova rede de comunicação onde se garantiu a cobertura de áreas da região onde não se chegava anteriormente. Esta rede fornece a localização em tempo real, capacitado pela cobertura na região de banda larga e um sistema de informação geográfico baseado em dados aéreos e espaciais, de todas as unidades móveis e portáteis e a existência de viaturas de suporte de vida, tendo como objetivo da medicalização e apoio diferenciado no ambiente pré-hospitalar.

Este conjunto de factores existentes no terreno, complementados com a capacitação humana garantem uma adequada gestão de recursos, assim como no apoio e gestão de evacuações médicas aéreas e marítimas.

Este prémio valoriza e reconhece, em primeiro lugar, o princípio da segurança aos cidadãos residentes e àqueles que visitam os Açores numa resposta que é exigida particularidade face à nossa dispersão geográfica; em segundo lugar os princípios da prontidão e qualidade que, inevitavelmente, tem repercussões positivas nos residentes, mas igualmente na sua relação da valência de assistência médica com a da turística.

Citando o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, falamos de “Um sistema centrado na colocação do doente certo, no local certo e no tempo certo”.

A dispersão geográfica que nos caracteriza, e também nos valoriza, pelo seu valor de conquista e resistência, força-nos à exigência da segurança e prontidão de serviços de socorro. Este é um serviço à coesão regional.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário no dia dezoito de maio do ano de dois mil e

dezassete, congratula-se com a atribuição aos Açores do prémio europeu do sistema 112 na Categoria Centros de Operações de Emergência, considerado, por este reconhecimento, o melhor da Europa no ano de 2016. Esta congratulação é extensiva a todos funcionários e administradores do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, que nos dão o conforto da certeza do valor da segurança e eficácia no tempo certo ao cidadão certo.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e às Associações de Bombeiros de todas as ilhas.

Horta, 18 de maio de 2017

Os Deputados: *Sónia Nicolau e André Bradford*

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD Açores felicita o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores pelo prémio europeu que lhe foi atribuído.

É importante referir que a centralização operada suscita necessidades adicionais ao nível dos recursos humanos, nomeadamente em matéria de formação e de estabelecimento da empatia operador-cidadão, para atenuar os efeitos emocionais da distância e incrementar a celeridade da resposta em situação de emergência.

No entanto, o reconhecimento atribuído transmite-nos a confiança de que, quer nas situações do dia a dia, quer perante a ocorrência de uma eventual catástrofe natural, o sistema tecnológico do Serviço Regional de Protecção Civil e

Bombeiros dos Açores está preparado para cumprir o seu papel, no apoio aos profissionais de todas as entidades que operam na área da proteção civil, motivo pelo qual o PSD Açores se associa ao voto de congratulação apresentado e enaltece o trabalho de todos os profissionais da Proteção Civil dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 150 anos da Banda Filarmónica Lealdade de Vila Franca do Campo, é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Banda Filarmónica Lealdade de Vila Franca do Campo

Fundada em 1867, a Banda Lealdade tomou São Miguel (Arcanjo) como padroeiro. A estreia pública da Banda aconteceu no dia 12 de maio de 1867, completando-se assim 150 anos desde a sua fundação.

A Banda partilha, entre os seus objetivos, ensinar os mais jovens a crescer como músicos e a renascer para seu o futuro na banda. Passando de gerações em gerações, a banda cresceu mais e melhor, participando em concursos, concertos, procissões e intercâmbios de Bandas.

A dedicação e qualidade dos seus músicos, permitiram o seu reconhecimento público, comprovado por um conjunto de prémios obtidos ao longo da sua

história, tais como em 1917 no Certame – Filarmónico realizado em Ponta Delgada, obtendo o 1.º lugar.

Em 2 de Abril de 1946 obteve grande êxito, sob a regência do Tenente Francisco José Dias, nas comemorações do IV Centenário da cidade de Ponta Delgada (na parada de Filarmónicas Micaelenses), uma festa memorável que nunca mais teve paralelo nos anais daquela cidade.

Participou em 2010 no concurso de bandas Filarmonia, organizado pela RTP e RDP Açores, tendo conquistado um honroso 1º lugar, no nível II.

No ano de 2011 participou de novo, na Ilha do Pico, no concurso Filarmonia, organizado pela RTP e RDP Açores, que teve lugar na sede da Banda da Madalena do Pico, onde conquistou o 1º lugar do nível I.

De entre os seus vários maestros, destacamos o Sargento-Chefe Luís Gonzaga que se manteve naquelas funções cerca de 30 anos.

A direção musical está atualmente e desde 2005 cargo do jovem Vila-franquense o maestro Carmino Martins de Melo, Primeiro-Sargento da Banda da Zona Militar dos Açores.

Pela sua história de 150 anos, pelo seu percurso e pela importância que representou e representa na vida cultural e educativa do Concelho de Vila Franco do Campo, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 150 anos da Banda Lealdade de Vila Franco do Campo, do qual deve ser dado conhecimento ao Presidente da sua Direção, Sr. Carlos Medeiros.

Horta, Sala das Sessões, 18 de maio de 2017

O Deputados: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros e Paulo Parece*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer associar-se de forma inequívoca a este voto e salientar a importância não só que essas bandas têm no contexto onde desenvolvem a sua atividade, nas suas comunidades mais próximas, mas também especialmente referir o trabalho das pessoas que mantêm a atividade destas bandas.

Nos dias de hoje, essas bandas defrontam-se essencialmente com dois problemas: a falta de recursos humanos, quer para dirigentes, quer para os próprios elementos da banda, e com a falta de recursos financeiros. Mas uma coisa está ligada à outra e é de salientar que esta banda mantém-se em atividade há muitos anos, devido ao esforço, à dedicação, digamos que uma dedicação desinteressada dos seus dirigentes, de todos aqueles que compõem a banda, numa altura em que os atrativos na comunidade são tantos que é difícil arranjar gente para as bandas.

Portanto, em suma, congratulamo-nos com o esforço das pessoas que conseguiram também e é bastante importante manter uma escola de formação que assegurará o futuro da banda.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 25 anos da Associação de Apoio à Criança da ilha Terceira, é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 25 anos da Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira

A Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira foi fundada a 30 de abril de 1992, na Vila das Lajes, no concelho da Praia da Vitória. Foi criada tendo como área de intervenção a infância e juventude, disponibilizando uma resposta de acolhimento residencial para crianças e jovens em perigo.

Esta casa de acolhimento assegurou, no início do seu funcionamento, uma resposta para crianças e jovens do sexo masculino até aos 18 anos. Em 2016, após um processo de reestruturação deste género de respostas na ilha Terceira, passou a incidir a sua atividade na faixa etária entre os 8 e os 14 anos de idade.

Atualmente dispõe de um corpo técnico composto por uma técnica de Serviço Social e de uma equipa educativa/auxiliar composta por 9 elementos, incluindo uma coordenadora, tendo 3 destes elementos vindo reforçar a equipa educativa na sequência da referida reestruturação.

A Associação de Apoio à Criança tem uma intervenção focada no desenvolvimento integral e bem-estar das crianças e jovens acolhidos, dando principal enfoque à articulação com as famílias, à valorização escolar, ao devido acompanhamento a nível da saúde e à integração na comunidade, proporcionando as mais diversas atividades extra-curriculares e socioculturais, criando um ambiente o mais próximo possível ao familiar, com uma forte componente afetiva e de proximidade. Ao mesmo tempo dá início a um trabalho ao nível do desenvolvimento da autonomia, adequada à idade e maturidade, das crianças e jovens acolhidos.

Assinalar as Bodas de Prata desta instituição é homenagear as instituições particulares de solidariedade social que diariamente são fundamentais no acompanhamento que é dado aqueles que necessitam de um maior apoio, que muitas vezes vai para além das ajudas financeiras.

Uma palavra especial para todos os profissionais que se empenham nesta associação garantindo às suas crianças e adolescentes, o acompanhamento necessário para que se tornem adultos preparados para o futuro.

Só um trabalho desenvolvido por associações sólidas e privilegiando o trabalho em rede se conseguirá oferecer aos Açorianos as respostas adequadas às suas necessidades. Sem ser o ideal, a verdade é que a institucionalização é a via última para aqueles que estão em situações extremas e esta, a acontecer, deve ser realizada num ambiente saudável e equilibrado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Por fim, um agradecimento aos órgãos sociais da Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira que ao longo destes 25 anos têm mantido esta instituição, parceira do Governo Regional na ação que desenvolve.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 18 de maio de 2017, emita o seguinte voto de congratulação pelos 25 anos da Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira.

Horta, 18 de maio de 2017

Os Deputados: *Isabel Quinto e André Bradford*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente aos 25 anos da Associação de Apoio à Criança da ilha Terceira temos um voto de congratulação apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25 da Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira

“Ser criança é acreditar que tudo é possível.

É ser inesquecivelmente feliz com muito pouco.

É se tornar gigante diante de gigantescos pequenos obstáculos.

Ser criança é fazer amigos antes mesmo de saber o nome deles.

É conseguir perdoar muito mais fácil do que brigar.

Ser criança é ter o dia mais feliz da vida, todos os dias.

Ser criança é o que a gente nunca deveria deixar de ser.”

Gilberto dos Reis

A Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira nasceu da inspiração de um grupo de cidadãos lajenses sensíveis à realidade social da comunidade terceirense e açoriana.

A AACIT, é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 30 de abril de 1982, por Manuel de Lima, Carlos Meneses, Armindo Dias, Francisco Toledo, José Valentim Pinheiro e José Hélio Rocha.

Assente numa estrutura física típica do Ramo Grande, a AACIT é uma instituição cuja ação está direcionada para o acolhimento de crianças e jovens do sexo masculino em risco.

As instituições de acolhimento têm o papel de proteger os menores, quando os seus cuidadores não são capazes, sendo responsável pela socialização primária e pela construção de um protejo de vida, que facilitará o seu futuro.

A instituição, que comemorou 25 anos, no corrente ano, tem capacidade para 10 crianças e jovens, sendo a sua ocupação atual de 6 em regime de internato.

O acolhimento surge de situações ou disfunções mais ou menos graves, ocorridas na vida destas crianças/ jovens, o que que as leva a carecer temporariamente, do apoio de uma estrutura residencial que lhes ofereça, condições para um processo de socialização mais positivo e satisfatório, bem como, protecção e salvaguarda das suas necessidades e direitos inerentes.

Os seus corpos gerentes em regime de voluntariado gerem um quadro de pessoal que promove um trabalho de excelência e de referência na comunidade, na ilha e nos Açores.

Liderada atualmente por Jorge Pires, a associação é um exemplo de uma vida em instituição o mais aproximada da realidade, tentando manter rotinas que as famílias ditas normais executam, como por exemplo frequentar a escola pública ou a participação nas lides domésticas, fazendo também parte das suas rotinas atividades em parceria com a escola e a comunidade, essenciais para a inserção social.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Louvor à Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira pela comemoração de 25 anos existência e pela dedicação e entrega no acolhimento de crianças e jovens.

Que deste voto seja dado conhecimento à Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Assembleia de Freguesia da Vila das Lajes e Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2017

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros, Paulo Parece, César Toste e Luís Rendeiro*

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 25 anos do Agrupamento de escuteiros 973, da freguesia da Ribeirinha, ilha do Faial, é apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 25 anos do Agrupamento de escuteiros 973

O Agrupamento 973 do Corpo Nacional de Escutas foi criado na freguesia da Ribeirinha, oficialmente, a 30 de março de 1992, tendo como patrono São Mateus.

Passados 25 anos da sua criação, recorda-se os primeiros passos dados em 1991 para a formação do grupo e as primeiras promessas, a 8 de Dezembro do mesmo ano, na igreja paroquial da Ribeirinha, na ilha do Faial.

Atualmente o 973 do CNE conta com 32 elementos e o chefe do agrupamento é Luís Paulo Oliveira, que está à frente destes escuteiros há 17 anos.

Ao longo destes 25 anos, os escuteiros estiveram sedeados em vários locais, começando na sacristia da Igreja, passando depois pela casa paroquial e por um pré-fabricado. Em 2012, tiveram a sua sede definitiva, estando atualmente no edifício da antiga escola primária da Ribeirinha, num espaço cedido pela Câmara Municipal da Horta.

Anualmente, estes escuteiros realizam diversas atividades como acampamentos, acantonamentos e caminhadas, no âmbito do escutismo, e têm marcado presença em encontros regionais como o Jamboree e o ACANUC.

Numa freguesia com pouco mais de 400 habitantes, o Agrupamento de escuteiros assume-se como uma das entidades congregadoras da localidade e que tem trabalhado em prol da cultura e da comunidade ribeirinhense. Cumpre assim uma das ideias de Baden Powell de que os escuteiros têm de deixar o mundo melhor do que o encontraram.

Este agrupamento, como acontece com muitos outros que existem na nossa Região, afirma-se como uma escola não formal que contribui em muito para a formação das crianças e jovens que escolhem ser escuteiros e, como dizem, escuteiro uma vez, escuteiro para toda a vida.

Que as nossas comunidades sejam sempre capazes de acarinhar estas instituições que colaboram para o bem comum como exemplo de educação cívica, social, ambiental e religiosa de quem faz parte deste movimento iniciado há mais de cem anos e com uma abrangência mundial.

Uma palavra final para todas as famílias destes lobitos, exploradores, pioneiros, caminheiros e chefes que são uma peça fundamental para que a mensagem de Baden Powell não fique esquecida, bem pelo contrário, e continue a ser divulgada.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 18 de maio de 2017, emita o seguinte voto de congratulação pelos 25 anos do agrupamento de escuteiros 973.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos Agrupamento 973, à Junta de Núcleo do Faial e à Junta de Freguesia da Ribeirinha.

Horta, 18 de maio de 2017.

Os Deputados: *Tiago Branco e André Bradford*

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa com gosto a este voto, saudando e homenageando todos aqueles que, ao longo destes 25 anos, constituíram e deram vida a esta instituição.

E nessa saudação gostava de fazer três registos. Em primeiro lugar, registar o papel importante deste agrupamento na dinamização de uma comunidade pequena como é a freguesia da Ribeirinha, na ilha do Faial; em segundo lugar, também registar o papel deste agrupamento, à semelhança de muitos outros, na formação cívica e humana de muitos jovens da nossa região; e, em terceiro lugar, também fazer um registo importante, que me parece importante registar, o papel e a atividade deste agrupamento aquando do sismo de 1998, que destruiu totalmente a freguesia da Ribeirinha.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora fazer um breve intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade à apresentação de votos.

Eram 12 horas e 17 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa e o Deputado Jorge Jorge foi substituído pelo Deputado Bruno Belo)

O próximo voto é de congratulação pelos resultados alcançados no *Young Business Talents*, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos resultados alçados no Young Business Talents

Decorreu no passado dia 8 de Maio, na cidade do Porto, a fase nacional da 4.^a edição do Young Business Talents. Nesta edição participaram quatro equipas açorianas: duas da Escola Básica e Secundária da Povoação e duas da Escola Básica e Secundária de Santa Maria.

Considerando a importância destas iniciativas, devemos, em primeiro lugar, relevar a presença assídua dos alunos Açorianos neste género de competição bem como os resultados por eles alcançados. Ao longo dos anos, bastas têm sido as vezes em que destacamos os méritos daqueles que, sob a bandeira dos Açores, têm alcançado importantes feitos.

Nesta quarta edição, destaque para a equipa Coriscas, da Escola Básica Secundária da Povoação, que ganhou um dos primeiros lugares (1.º lugar da sua simulação) na Final Nacional do Young Business Talents. Na classificação geral, a equipa das Coriscas ficou em 3.º lugar, naquela que foi a sua primeira participação no concurso. Esta classificação foi obtida na fase final que contou com as 75 melhores equipas a nível nacional.

O Young Business Talents é um projeto que consiste na utilização de um simulador empresarial que permite, por parte dos alunos envolvidos, praticar gestão, tomando todo o tipo de decisões dentro de uma empresa. Para participar nesta fase final, as equipas finalistas tiveram de ultrapassar a fase regional do concurso que decorreu ao longo do primeiro e segundo período letivo.

É a partir destes exemplos que devemos enaltecer os alunos da Região Autónoma dos Açores que se esforçam diariamente para alcançar os melhores resultados possíveis não só nas disciplinas curriculares mas também nos projetos que lhes são propostos. Para o sucesso destas iniciativas, merecem uma palavra de reconhecimento os professores que apoiam e incentivam os seus alunos a participar.

Neste contexto de salientar ainda todas as entidades, desde governamentais a autárquicas, que apoiaram as participações das quatro equipas neste concurso. Só o envolvimento de todos cria condições para que os Açorianos alcancem o sucesso pretendido nas mais diferentes áreas.

Os jovens Açorianos simbolizam, sem dúvida nenhuma, a esperança de que continuaremos a ter um Povo Açoriano ambicioso, pro-ativo e preparado para os desafios que vão surgindo.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 18 de maio de 2017, emita o seguinte voto de congratulação pelos resultados alçados no Young Business Talents por alunos da Região Autónoma dos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Conselho Executivo da Escola Básica e Integrada da Povoação, à Assembleia da Escola Básica e Integrada da Povoação, ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, à Assembleia da Escola Básica e Secundária de Santa Maria e às Câmaras Municipais da Povoação e de Vila do Porto.

Horta, 18 de maio de 2017.

Os Deputados: *João Paulo Ávila e André Bradford*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(* **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD Açores felicita as quatro equipas açorianas pela participação e resultados alcançados.

É fundamental incentivar a participação das escolas em projetos que promovam a melhoria das competências, sejam elas cognitivas, sejam elas sociais, sejam elas emocionais, para que os alunos se tornem cidadãos ativos e aptos em ingressar no mercado de trabalho.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD Açores associa-se ao voto de congratulação, enaltecendo o papel dos nossos alunos, o papel essencial dos

docentes e toda a comunidade educativa no processo ensino/aprendizagem em rumo a uma educação de sucesso.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelos 25 anos do Grupo Folclórico da Casa do Povo de São Brás, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25 anos do Grupo Folclórico da Casa do Povo de São Brás

O folclore é um museu vivo da cultura popular de uma comunidade, região e país.

O folclore açoriano simboliza um património coletivo que assume e acumula identidade etnográfica, importância cultural, longevidade histórica, abrangência social, representatividade geográfica, representação regional.

Na comunidade de São Brás, ilha Terceira, emergiu em 1992, o Grupo Folclórico da Casa do Povo de São Brás por iniciativa da direção da instituição que a acolhe.

Incorporado numa freguesia rural tem-se debruçado na recolha e preservação dos trajés típicos, na recriação de tradições como a matança, cantar aos reis e foliões do Espírito Santo.

Numa abertura constante à comunidade, o grupo tem-se dedicado especial atenção à integração das gerações mais novas e autenticidade das tradições, dos usos e costumes dos seus antepassados.

O grupo é composto por 45 elementos, com idades compreendidas entre os 2 e os 50 anos.

O seu trabalho tem sido visível na ilha Terceira, nos Açores e em Portugal Continental.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Grupo Folclórico da Casa do Povo de São Brás ter celebrado as suas bodas de prata no dia 12 de Março de 2017 e pelo serviço à cultura popular da Ilha Terceira e dos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Grupo Folclórico da Casa do Povo de São Brás, à Junta de Freguesia de São Brás, Assembleia de Freguesia de São Brás e à Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Horta, sala das sessões, 18 de maio de 2017

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros, Paulo Parece, César Toste e Luís Rendeiro*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também se associa ao voto de congratulação dos 25 anos do Grupo Folclórico da Casa do Povo de São Brás.

O folclore é uma força viva das nossas freguesias pela etnografia e importância cultural, mantendo vivas as nossas tradições e costumes, por dar a conhecer o nosso passado, sobretudo aos mais jovens.

Eu, particularmente, também já tive a felicidade de pertencer a um grupo folclórico, conheço bem a sua vivência no dia a dia, nos ensaios, bem como nas atuações, a vivência entre pais e filhos e reconheço o mérito do trabalho de toda essa gente.

Obrigado.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao centenário do Coliseu Micaelense, é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

Deputada Susana Costa (PS): Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimos Membros do Governo:

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELO CENTENÁRIO DO COLISEU
MICAELENSE
(1917-2017)**

O Coliseu Micaelense é inaugurado a 10 de maio de 1917, na cidade de Ponta Delgada. É baptizado como Coliseu Avenida, herdando este nome do alargamento da cidade que, desde finais do século XIX, se estendia para norte, por via da construção da avenida Roberto Ivens.

Desde a sua fundação, o Coliseu Avenida tornou-se uma referência cultural dos Açores, justificando-se esta centralidade por diversas razões:

- a monumentalidade do seu edifício, devido a uma fachada que percorria 32 metros da avenida Roberto Ivens e 57 metros da rua de Lisboa;
- a espectacularidade do imóvel, réplica a meia escala do Coliseu de Lisboa, capaz de albergar, logo nos primórdios do seu funcionamento, 3.000 espectadores, distribuídos por 80 camarotes, 600 cadeiras e 1200 lugares na geral;
- a inovação arquitectónica, comprovada não apenas pelo design da cúpula, mas igualmente por utilizar o ferro na sua estrutura arquitectónica e decorativa, tornando-se o primeiro exemplar da arquitectura do ferro nos Açores;
- a versatilidade lúdica do seu palco, anfitrião de espectáculos tão diversos como circo, zarzuela, cinema, recitais, teatro, dança, revistas, musicais e múltiplos espectáculos de variedades, muitos deles com fins caritativos... Neste processo, o Coliseu assistiu à passagem do cinema mudo para o sonoro e do cinema a preto e branco para o colorido. De igual modo, observou a decadência da Batalha das Flores e a emergência da Batalha das Limas, adicionando ainda ao carnaval micaelense a ainda activa tradição dos bailes, o primeiro dos quais realizado em 1921.

O sucesso do Coliseu Avenida foi coeso até à eclosão da Segunda Guerra Mundial. Na década de 1940, surgiram as primeiras dificuldades, não só por causa da concorrência de outras casas de espectáculo que, entretanto, surgiram na ilha de São Miguel, como devido à inflação que a guerra provocava nos preços dos filmes e das companhias de artistas e nos respectivos transportes. É neste contexto que, em 1950, o nascente Teatro Micaelense compra o Coliseu Avenida. A partir de então, o imóvel é reabaptizado como Coliseu Micaelense, nome que mantém até à actualidade.

Em 1960, o Coliseu, tal como o Teatro Micaelense, passa a ser gerido pela *Cinaçor* (Sociedade de Teatro e Cinema Açores, S.A.), pertencente à *Fundação dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida*. Nesta segunda fase, o Coliseu manteve a sua programação cultural, mas também acolheu eventos diversificados, nomeadamente espectáculos de ilusionismo e de hipnotismo e inúmeras festas de natal. Não menos importante foi o papel que o Coliseu desempenhou como anfitrião de eventos políticos, não só os da época do Estado Novo, como os realizados no período efervescente entre 1974 e 1976.

Todavia, a partir de finais da década de 1980, o Coliseu deixa de ter uma programação regular, vindo o imóvel a deteriorar-se cada vez mais. Entre 2002 e 2003, a Câmara Municipal de Ponta Delgada torna-se a maior accionista do Coliseu Micaelense, iniciando o projecto de revitalização do edifício, o qual é reinaugurado em 2005. Dois anos depois, é criado o Museu do Coliseu Micaelense, que fixa o historial centenário do edifício e dos seus inúmeros habitantes.

Assim, é reconhecendo a singularidade e a longevidade histórica do Coliseu que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação do presente voto de congratulação pelos cem anos do Coliseu Micaelense. Deste voto deve ser dado conhecimento à direção do Coliseu Micaelense e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 18 de maio de 2017

Os Deputados: *Susana Costa e André Bradford*

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao 100.º aniversário do Coliseu Micaelense, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício para apresentar o voto de congratulação do PSD.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Centésimo aniversário do Coliseu Micaelense

A 10 de maio de 1917 era inaugurada, em Ponta Delgada, o Coliseu Avenida-Teatro Circo.

Fruto do empreendedorismo de um grupo de cidadãos que se destacaram, na altura, na economia, na cultura e na política, a empresa "Santos & Companhia", sob a liderança de João Inácio Pacheco Leal, e contando com os contributos de João Maria Pimentel, Guilherme Pereira Gomes, Pedro Lima 'Araújo, Francisco Luis Tavares, Luis Bettencourt de Medeiros e Câmara, José Maria Raposo Amaral e Nicolau Sousa Lima, o Coliseu Avenida atestava "a prosperidade, o progresso e a civilidades da ilha" de São Miguel.

Em 1950, o Coliseu Avenida, enfrentando dificuldades financeiras no período pós-guerra, foi adquirido pela sociedade Teatro Micaelense e, após profunda remodelação, foi de novo aberto ao público com o nome de Coliseu Micaelense. O Coliseu Avenida foi concebido para oferecer grandes espetáculos de circo, teatro, opereta, revista e para projetar filmes.

Na altura, o cinema traduzia o novo ideal burguês em expansão no mundo industrial. Mas a sociedade açoriana continuava profundamente rural. Era o povo o principal frequentador do cinema do Coliseu Avenida.

Ao longo dos anos, desde a sua abertura ao público, o Coliseu Avenida, e depois Coliseu Micaelense, propiciou ao povo micaelense a oportunidade de assistir a espetáculos de revista e incentivou as capacidades criadoras de artistas, músicos, cantores, encenadores micaelenses, tais como, Jorge Pereira, Castanho Lobo, José· Barbosa, Evaristo Pacheco Sousa, Ilídio Andrade, Domingos Rebelo, Victor Câmara, Victor Cruz e António Horácio Borges.

O Coliseu veio abrir a ilha “para a vanguarda dos centros mais adiantados” do país. O Coliseu era “o justo orgulho da nossa terra”, e definia “as qualidades de trabalho, persistência e força de vontade do povo” micaelense.

O Coliseu Micaelense foi palco de marcos da história micaelense, nos campos da cultura, do entretenimento e até da política. Fazem parte da nossa história comum tanto os famosos Bailes do Coliseu, como os históricos comícios políticos no pós-Revolução de Abril de 1974.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Coliseu Micaelense viu a sua atividade limitada à realização dos tradicionais Bailes de Carnaval, acabando por ser encerrado ao público.

Em 2002, a Câmara Municipal de Ponta Delgada adquiriu o imóvel e procedeu ao seu profundo restauro, tendo reaberto ao público em janeiro de 2005.

Daí para cá, já todos conhecemos o papel fundamental do Coliseu Micaelense na divulgação da cultura açoriana, nos seus distintos aspetos e patamares. E, ainda, a oportunidade que o Coliseu Micaelense apresenta aos açorianos para apreciarem muitos dos grandes feitos no campo das artes, que se criam no país e na Europa.

No dizer da historiadora Fátima Sequeira Dias, “o Coliseu Avenida foi o símbolo de uma geração, o Coliseu Micaelense não deixou de ser o símbolo de

uma outra geração que, tal como a primeira, não desistiu do sonho". E agora no século XXI, "os micalenses voltaram a acreditar nos sonhos e, por isso, o nosso Coliseu Micaelense não deixou de simbolizar uma geração- desta vez, a nossa!".

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe um Voto de Congratulação ao Coliseu Micaelense, no seu centésimo aniversário, pelo contributo que tem dado ao longo destes cem anos, para o património cultural dos micalenses, em particular, e dos açorianos, em geral.

Horta, Sala das Sessões, 18 de maio de 2017

Os Deputados: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros e Paulo Parece*

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao facto do Sporting Clube de Guadalupe ter vencido o campeonato dos Açores de futebol, é apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Sporting Clube de Guadalupe logrou vencer o Campeonato dos Açores de Futebol na presente época desportiva.

Só São Miguel, Terceira e Pico, ilhas de muito maior dimensão e com mais população, por isso com melhores economias, têm presenciado um feito desta dimensão.

A Ilha Graciosa, com um campo de recrutamento muito menor e mesmo assim contando com cinco clubes de futebol, dois dos quais com presença regular no Campeonato dos Açores de Futebol, atingiu este lugar de destaque, com muito trabalho e dedicação, apesar dos reduzidos recursos disponíveis.

Há quem fique acantonado à nossa dimensão e às dificuldades advindas dessa condição, incapaz de reagir perante os obstáculos, sem capacidade para ousar sonhar.

Não foi o caso do Sporting Clube de Guadalupe, que veio com esta vitória inequívoca, que ficará na história muito certamente, transformar as dificuldades na motivação certa para atingir um objetivo que não está ao alcance de todos.

É por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que ao Sporting Clube de Guadalupe, fundado a 7 de abril de 1955, no seio do Clube Central Recreativo e Desportivo Sporting Clube de Guadalupe, pelos senhores Gabriel Melo, Elisiário Silva, Reginaldo Silva, Albino Picanço e António das Flores, deva ser emitido, na Sessão Plenária de 18 de maio de 2017, o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Sporting Clube de Guadalupe, em seniores masculinos, sob a sábia orientação técnica de Jimmy Melo Cunha e presidido por Manuel Bernardino da Silva Espínola, ter conquistado o lugar cimeiro do Campeonato dos Açores de Futebol e, por esse facto, conferindo-lhe o direito de participar no Campeonato de Futebol de Portugal na época desportiva 2017/2018.

Esta congratulação pelo feito alcançado é extensiva a todos os atletas, equipa técnica, corpos sociais, sócios e simpatizantes”.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, além do Sporting Clube de Guadalupe, à Junta de Freguesia de Guadalupe, à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Futebol.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 18 de maio de 2017.

Os Deputados: *José Ávila, André Bradford, Ricardo Ramalho e Manuel Ramos*

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD felicita o Sporting Guadalupe e associa-se a este feito a nível regional.

Já tivemos oportunidade de o fazer na Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e concordamos que é cada vez mais difícil e exigente para os graciosenses se afirmarem e vencerem nesta região. É por isso mais do que justo que se reconheça o extraordinário feito do Sporting Clube Guadalupe, não esquecendo o enorme esforço desenvolvido por todos aqueles que correm atrás dos sacrifícios para poderem competir ao nível exigido.

É, de facto, notável que com as assimetrias que, hoje, se vivem nos Açores os graciosenses tenham a coragem de ir à luta, de não baixar os braços e de nunca desistirem de defender as suas causas e direitos, seja no futebol, ou no xadrez, como se sucedeu recentemente com os campeões regionais do marítimo, ou seja, em qualquer atividade.

As vitórias regionais da ilha Graciosa são fruto de maiores sacrifícios, superior empenho e grande determinação.

Parabéns ao Guadalupe, parabéns à ilha Graciosa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Julgo não haver mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação aos atletas açorianos medalhados no campeonato europeu de Kikboxing na categoria de Point fhigting, na Grécia, é apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Aos atletas Açorianos medalhados no Campeonato europeu de Kikboxing na categoria de Point fhigting, na Grécia

Portugal, os Açores e a ilha do Pico, em especial, estão uma vez mais de parabéns no que diz respeito ao desporto.

Os atletas do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António estiveram ao serviço da seleção nacional de Kikboxing nos europeus da modalidade que decorreu de 1 a 6 de maio, na ilha Grega de Santorini, na Grécia.

As jovens atletas, Érica Garcia Tomé de 11 anos e Nádía Isabel dos Santos Raposo de 14 anos, sagraram-se campeãs europeias na disciplina de semi

contact, arrecadando para Portugal duas medalhas de ouro nos escalões de sub 13 (+47Kg) e sub 18 (-51 kg).

O atleta, Bernardo Filipe Arruda Silva de 15 anos sub 18 (+ 71 Kg) alcançou a medalha de bronze com um honroso terceiro.

Este feito extraordinário é bem demonstrativo da capacidade individual destes jovens atletas Açorianos e da sua excelência desportiva, mas também de um trabalho notável realizado pelo técnico, Pedro Teles e do nível de exigência e de organização do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, presidido por Márcio Tomé.

É assinalável a conquista alcançada por estes jovens atletas Açorianos da Ilha Montanha, que começam a deixar os seus nomes registados não só no desporto regional e nacional com várias conquistas como também no mais alto patamar do desporto internacional na modalidade de Kikboxing, levando nome do concelho de São Roque, da Ilha do Pico, dos Açores a todo o mundo do desporto.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita as Atletas Érica Garcia Tomé, Nádia Isabel dos Santos Raposo e o atleta Bernardo Filipe Arruda Silva pelas medalhas alcançadas no campeonato europeu de Kikboxing, assim como a Federação Portuguesa de Kikboxing, a Associação Regional e o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, constituindo mais um motivo de orgulho e de admiração para todos os Açorianos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos Atletas, à Federação Portuguesa de Kikboxing, à Associação Regional, ao Grupo Desportivo da Casa

do Povo de Santo António, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de São Roque do Pico.

Horta, Sala de Sessões 18 de maio de 2017

Os Deputados: *André Bradford, Mário Tomé e Miguel Costa*

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

(Pausa)

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação pelos resultados dos atletas açorianos no campeonato europeu de Kickboxing. Desta feita, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Os Açores no geral e a ilha do Pico em particular estão uma vez mais de parabéns pela consagração de mais títulos internacionais, alcançados por jovens atletas da ilha.

Desta feita, o mérito vai para o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, do concelho de São Roque do Pico, que conquistou dois primeiros lugares e um terceiro lugar durante o Campeonato Europeu de Kickboxing 2017, o qual teve lugar na ilha de Santorini, Grécia, de 1 a 6 de maio. Os atletas são:

- Erica Tomé – Campeã Europeia de sub 13 em Point Fighting;
- Nádia Raposo – Campeã Europeia de sub 18 em Point Fighting;
- Bernardo Silva – Medalha de Bronze de sub 18 em Point Fighting.

Parabéns a todo o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António e em particular a estes atletas, os quais também já haviam sido campeões nacionais no passado.

Estes feitos só foram possíveis com o empenho e dedicação dos órgãos dirigentes do clube, equipa técnica, atletas e famílias. Todos sabemos o quão exigente é em esforço e disponibilidade dispensadas para se obterem semelhantes resultados. Percebemos, compreendemos e valorizamos o trabalho realizado por pessoas que de alma e coração abraçam estas causas com nobreza, sendo sua principal preocupação contribuir para o bem coletivo da freguesia ou da comunidade de que fazem parte e para a formação integral dos jovens.

Assim e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, reunida em plenário, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, direção, sócios, treinador e atletas pelos títulos nacionais alcançados no Campeonato Europeu de Kickboxing, constituindo mais um grande motivo de regozijo e de admiração para todos os Açorianos.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, à Câmara Municipal de São Roque do Pico, à Associação Regional e à Federação Portuguesa de Kickboxing.

Horta, Sala das Sessões, 18 de maio de 2017

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros, Paulo Parece e Jorge Jorge*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para os votos de saudação.

O primeiro voto de saudação é a Manuel de Arriaga, por ocasião do centenário da sua morte, é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

Deputada Susana Costa (PS): Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimos Membros do Governo:

Voto

Centenário do Falecimento de Manuel José de Arriaga

Brum da Silveira e Peyrelongue

1917-2017

Cem anos depois da sua morte, o legado de Manuel de Arriaga merece ser recordado. Esta memória centra-se na sua postura como político, mas também como homem, facetas indissociáveis de quem assume individualmente uma responsabilidade pública.

Recordemo-lo: Manuel José de Arriaga Brum da Silveira foi o primeiro Presidente da República Portuguesa eleito: a novel República ensaiava o modelo do voto, ainda indirecto, e deixava para trás, de forma indubitável, o regime monárquico, que valorizava a linhagem em detrimento da meritocracia. Aliás, a eleição de Manuel de Arriaga reflecte a vivacidade e a inovação do jovem regime político: cinco candidatos, dois dos quais republicanos e três independentes.

A adesão de Manuel de Arriaga ao pensamento republicano, laico e secular, terá ocorrido ao longo da sua estadia na Universidade de Coimbra, onde se formou em Leis. Mas a fractura política, que o levou a distanciar-se paulatinamente do regime ainda em vigor no país, implicou igualmente uma separação familiar. O seu pai, o faialense Sebastião de Arriaga, não lhe perdoou a irreverência política e deserdou Manuel de Arriaga. Para sobreviver e pagar a Faculdade, teve então de dar aulas de Inglês, língua que certamente teria aprendido na cidade da Horta, dominada ainda nesse tempo pela influência da família norte-americana Dabney. A utilidade da língua inglesa na sua carreira, todavia, não o fez menos patriótico, tendo sido preso quatro vezes no conturbado ano de 1890 por rebelar-se contra o *Ultimato Inglês*.

A cisão parental e a azáfama da sua vida familiar e política implicaram um longo afastamento dos Açores. Casado desde 1874 com Lucrecia Furtado de Melo, com quem teve seis filhos, só regressaria ao arquipélago em 1887, depois de vinte anos de ausência. Em agosto deste ano, é recebido entusiasticamente pelo *Centro Republicano da Horta* e, em setembro, vai para o Pico, terra natal dos seus sogros. Sobe à montanha em setembro de 1887 e faz a sua homenagem a esta ilha por via do poema *Canto ao Pico*:

*Tu que és do mundo inteiro o mais gentil dos montes,
E a quem eu glorifico,*

*Desdobra ao meu olhar teus vastos horizontes,
Que parto a ver-te, Oh Pico!*

A carreira de Manuel de Arriaga foi versátil: para lá de poeta, foi professor de inglês, advogado, Reitor da Universidade de Coimbra, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Deputado eleito pelo círculo eleitoral do Funchal, Procurador da República...

Com as eleições de 24 de agosto de 1911, assumiu o mais alto cargo do país, o qual manteria até 1915. Durante o seu mandato, ganharia a simpatia do povo português e a admiração dos seus correligionários e adversários políticos, pela retidão moral que apresentava e pela sua dedicação partidária. Todavia, o percurso da sua presidência não foi pacífico. A instabilidade política, provocada por condicionalismos internos e externos, entre os quais se salienta a eclosão da Primeira Guerra Mundial, é comprovada pela existência de seis Governos, que espelham a divisão das forças republicanas.

Na linha da sua postura, Manuel de Arriaga tenta apaziguar as vozes discordantes, mas as limitações do poder presidencial e o agudizar das dissidências internas são cada vez mais notórias. Em consequência, o Presidente, acusado de “criminoso político” e de “traidor à pátria”, é obrigado a resignar a 26 de maio de 1915, saindo do Palácio de Belém escoltado por forças da Guarda Republicana.

Profundamente amargurado, Manuel de Arriaga não recupera do desaire político, morrendo dois anos depois, a 5 de Março de 1917. É sepultado num jazigo familiar no cemitério dos Prazeres, em Lisboa. Teve que esperar 87 anos para que o seu nome fosse reconhecido pela qualidade do seu percurso político, tendo sido trasladado para o Panteão Nacional a 16 de setembro de 2004. Em 2011, o Governo Regional dos Açores homenageou a herança açoriana do primeiro presidente eleito pela República Portuguesa, inaugurando, na cidade

da Horta, a Casa Manuel de Arriaga, musealizando a habitação onde este faialense viveu até aos 18 anos de idade.

Reconhecendo a excelência do açoriano Manuel de Arriaga, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação deste voto.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2017

Os Deputados: *Susana Costa e André Bradford*

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo começar por dizer que admiro a figura de Manuel de Arriaga, admiro aquele que foi o seu percurso e aqueles que foram os seus ideais cívicos, mas este voto é um voto que, além de enaltecer a figura de Manuel de Arriaga, que merece o respeito de todos nós, também acaba por enaltecer, aqui no segundo parágrafo, a Primeira República, e é necessário clarificar o que foi a Primeira República.

A Primeira República foi um regime não democrático, dominado por uma esquerda radical, um regime profundamente homofóbico,...

Deputado Francisco César (PS): Já a monarquia ...!

O Orador: ... que perseguiu, proibiu as publicações que defendiam a homossexualidade, ou qualquer tipo de referência,...

Deputado José Contento (PS): Até deserdavam os filhos!

O Orador: ... um regime que legislou no sentido de proibir explicitamente, pela primeira vez na legislação portuguesa, o voto das mulheres,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade, sim, senhor!

O Orador: ... um regime, na monarquia constitucional, que foi derrubada por um golpe militar, em 1910, votava 70% da população masculina e na Primeira República esse contingente eleitoral baixou para 30%, menos de metade. Aqueles que passaram a ter direito de voto, ou seja, o direito de voto foi reduzido para metade. Esta era a legitimidade da Primeira República.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: A Primeira República envolveu Portugal na Primeira Guerra Mundial, única e exclusivamente para se legitimar, do ponto de vista político, uma guerra e um conflito em que morreu quase tanta gente em dois anos como depois na Guerra Colonial, em 13 anos, até 1974.

Portanto, meus senhores, estamos a falar de uma redução significativa da democracia, do sistema democrático. Aliás, o Partido Socialista, na apresentação do voto, esqueceu-se de dizer algo que é absolutamente fundamental, é que, alegadamente, enaltecer o Deputado que se sentou na Assembleia Nacional Constituinte da República, é verdade, mas que exerceu, pela primeira vez, as funções de deputado, eleito no Funchal, eleito pelo círculo eleitoral do Funchal, vejam bem, em 1882, e que, portanto, integrou a Câmara dos Deputados, integrou as Cortes, em 1882. Portanto, a monarquia constitucional era uma monarquia tão democrática que até tinha...

Deputado André Bradford (PS): Então não era!

O Orador: ... vários deputados, ao longo do seu percurso, a partir de 1881, republicanos, que se sentaram nas cortes e, aí, defenderam e fizeram a apologia do sistema republicano.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, Manuel de Arriaga foi um deputado que se sentou...

Presidente: Tem que terminar!

O Orador: ... na Câmara dos Deputados.

Portanto, isto é da maior importância, esta reposição da história e, portanto, termino, Sra. Presidente, dizendo apenas que o direito de voto, a separação de poderes já existia, aliás, Manuel de Arriaga foi um deputado que se sentou nas Cortes de forma democrática e que, portanto, os direitos democráticos desapareceram, diminuíram, durante a Primeira República. E devo dizer, para terminar, duas ideias, que são absolutamente fundamentais: não foi eleito por sufrágio universal, é preciso que se diga, Manuel de Arriaga foi escolhido...

Presidente: Tem que ser muito rápido, Sr. Deputado!

O Orador: ... no âmbito das Câmaras Parlamentares, ou seja, foi escolhido por parte da Assembleia Nacional Constituinte e, portanto, não foi um presidente eleito por sufrágio universal. E quem é que se sentava na Assembleia Nacional Constituinte? Muitos deputados cujo método de eleição, e termino, Sra. Presidente, foi este: como o Partido Democrático Republicano construiu uma legislação que impedia, na prática, a oposição de se candidatar, a oposição monárquica, é preciso que se diga que...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado!

O Orador: ... noventa e tal destes deputados que se sentaram na Assembleia Nacional Constituinte...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado!

O Orador: ... foram eleitos sabem porquê? Porque se apresentaram e, portanto, nem sequer houve voto. Como era o único candidato, foram automaticamente nomeados para a Assembleia Nacional Constituinte.

Esta é um pouco da história da Primeira República.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pedir à Mesa que nos esclarecesse o que é que estamos, neste momento, a votar, porque neste voto nem diz que voto é nem tem a parte resolutiva.

Portanto, apesar de haver alguma divergência em relação aos considerandos, eu gostaria de saber o que é que o Grupo Parlamentar do CDS-PP vai votar.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, os votos não têm termo resolutivo, têm apenas a indicação do voto.

De facto, o voto não tem a indicação se é de congratulação ou de saudação, mas eu, quando fiz o anúncio do voto, disse que era um voto de saudação a Manuel de Arriaga pelo centenário do seu falecimento. Portanto, há, de facto, esta imprecisão, que, naturalmente, será corrigida, depois, quando for remetido, caso seja, naturalmente, aprovado. Mas a Mesa deu a indicação e anunciou o que é que estávamos a votar.

Sra. Deputada Susana Costa, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria só esclarecer o Sr. Deputado Paulo Estêvão de que nós não estamos em 2010. O voto que o Partido Socialista apresentou não foi para congratular pela Primeira República, foi um voto personalizado na figura do seu primeiro presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com referências ao regime!

A Oradora: Portanto, é um voto de saudação à figura de Manuel de Arriaga, pura e simplesmente. Não há qualquer ode a outro regime institucional, nem a favor da monarquia, nem a favor da república.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ensaiava o modelo de voto!

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 18 do PSD; 3 do CDS-PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 voto contra do PPM.

Presidente: Muito bem.

Vamos, então, encerrar os nossos trabalhos. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início à Agenda da reunião.

Eram 15 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge reocupou o seu lugar na Mesa)

Conforme tive oportunidade de informar, ontem, a Câmara, vamos iniciar os nossos trabalhos, hoje, com o ponto 13: Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI – “Conselho Económico e Social dos Açores”, apresentação esta levada a cabo pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O contributo da sociedade civil açoriana na definição das políticas públicas há muito tempo que já devia ser uma realidade na nossa região. Se assim tivesse acontecido, estamos certos que houve erros na gestão dos dinheiros públicos que não teriam sido cometidos. Se assim tivesse acontecido, estamos seguros de que outras oportunidades de desenvolvimento se teriam aberto aos açorianos. Mas já diz o ditado popular, “Antes tarde do que nunca”.

A iniciativa legislativa do PSD Açores de democratizar o Conselho Económico e Social, de o abrir, de facto, à participação da sociedade civil ganhou adeptos e estamos satisfeitos por tal acontecer. O PSD Açores fez o seu trabalho ao apresentar esta proposta no Parlamento. Este é o local próprio para debater esta questão; não é no silêncio dos gabinetes ou através dos jornais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Cabe, por isso, ao Governo Regional do Partido Socialista assumir publicamente qual é o seu posicionamento sobre a proposta do PSD. Fica aqui o desafio. Porque o nosso grande objetivo é melhorar o funcionamento da democracia açoriana, é arejar a liberdade, é fazer participar, cada vez mais, açorianos na construção, desenvolvimento e progresso dos Açores. Só com uma sociedade civil cada vez mais ativa, crítica e não condicionada é que os Açores poderão progredir e avançar. É através da verdadeira cooperação entre o poder político e a sociedade civil, ambos num plano de igualdade e sem quaisquer subserviências, que serão encontradas soluções eficazes para os problemas que afetam os açorianos.

Queremos dar força à sociedade civil. Encaramos o Governo como uma força positiva, mas é nas famílias, nas empresas, nas instituições da sociedade civil que está o motor da economia, da sociedade e da democracia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: É por isso que o Grupo Parlamentar do PSD Açores apresenta este projeto de DLR, que visa, essencialmente, a criação de um órgão colegial

independente, de natureza consultiva e de acompanhamento junto dos órgãos de Governo próprio, para matérias de carácter económico, laboral, social e ambiental.

Assim fazendo, estamos a dar cumprimento ao disposto no artigo 131.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aditado pelo artigo 3.º da Lei 2/2009, de 12 de janeiro.

A presente proposta prevê que o Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores seja uma personalidade eleita por maioria dos dois terços pelo Parlamento regional, conferindo-lhe um patamar de prestígio e dignidade institucional.

Propomos que este órgão de concertação social seja independente da tutela do Governo e composto, maioritariamente, por representantes dos principais grupos sociais, profissionais, empresariais e económicos da região.

A nossa proposta assume um carácter inovador quanto à sua composição, ao deixar em aberto dois representantes de organizações ou associações de interesses diversos e considerados relevantes para os Açores, a designar pelo Plenário do Conselho, no início de cada legislatura.

Pretendemos um órgão dinâmico e não estático, cuja estrutura se adegue à realidade socioeconómica da região e à própria organização da sociedade civil.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta proposta do PSD Açores visa, igualmente, que seja o Conselho Económico e Social a indicar o representante da sociedade civil no gabinete da representação dos Açores em Bruxelas.

Para o PSD Açores, como sempre defendemos, as pessoas que compõem esta estrutura devem ser escolhidas pelos nossos agricultores, pescadores, empresários e sindicatos.

A representação permanente dos Açores em Bruxelas não deve ser apenas uma delegação do Governo Regional junto das estâncias europeias.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Para o Grupo Parlamentar do PSD Açores, dar a organizações representativas da sociedade açoriana o papel central na defesa da região junto da União Europeia é mais uma forma de fazer a sociedade civil participar no desenvolvimento dos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: No âmbito das competências que propomos para o Conselho Económico e Social, salientamos as seguintes.

Promover a auscultação e a participação das várias organizações económicas e sociais nos processos de tomada de decisão das políticas públicas por parte dos órgãos de soberania.

Pronunciar-se sobre a aplicação regional dos fundos comunitários estruturais e específicos, nomeadamente no âmbito dos quadros financeiros plurianuais e acompanhar a atividade dos representantes da região no Conselho Económico e Social.

Naturalmente, o Conselho Económico e Social dos Açores integra vários órgãos, entre os quais, a Comissão Permanente de Concertação Social, órgão que promoverá o diálogo e a concertação tripartida entre Governo, trabalhadores e empregadores, nomeadamente nas áreas de emprego, formação profissional e segurança social.

Atendendo às especificidades regionais, a presente proposta contempla a criação de três comissões especializadas permanentes: Política, Económica e Social, Coesão Territorial, Educação e Formação, para, em razão da especialidade das matérias, elaborarem os estudos e os pareceres determinados.

Importa, ainda, referir que o projeto de DLR que cria o Conselho Económico e Social dos Açores garante o enquadramento legal no âmbito de atribuições a este órgão em termos de arbitragem obrigatória, arbitragem necessária e arbitragem sobre a definição dos serviços mínimos durante a greve.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A presente iniciativa legislativa representa o cumprimento e o compromisso eleitoral do PSD e concretiza o anseio da sociedade civil organizada, desde logo, a plataforma que une a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a UGT e a Federação Agrícola dos Açores.

Esta é uma proposta que o Grupo Parlamentar do PSD Açores há muito defende e regista com satisfação que o Governo Regional tenha, há poucos dias, declarado o seu apoio a esta ideia do PSD e da sociedade civil.

A sociedade açoriana necessita de respirar mais liberdade e mais democracia, de modo a garantir uma maior participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas.

Acreditamos que o Conselho Económico e Social será um instrumento indispensável para reforçar o diálogo social e a cooperação entre a sociedade açoriana e o poder político. A força organizadora da democracia está nas distintas organizações dos cidadãos, sejam elas dedicadas à cultura, à economia, ao ambiente, à solidariedade social, à educação, à saúde.

O desenvolvimento dos Açores não resulta apenas da ação de alguns, mas, sim, do trabalho conjunto de muitos. Apelamos à participação de todos para garantir que esta proposta legislativa cumpre o seu grande objetivo: dar força à sociedade civil açoriana.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos, então, avançar com os nossos trabalhos. Ponto 8: Proposta de Resolução n.º 2/XI – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”. Como sabem, o Dia dos Açores celebra-se no próximo dia 5 de junho, segunda-feira de Espírito Santo, será aqui na sede do nosso Parlamento, numa sessão solene presidida por Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Esta proposta já foi remetida à CAPAT, mereceu aprovação por unanimidade e sobe, agora, a Plenário. O relatório já foi distribuído por todos.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Damos, então, assim, continuidade aos nossos trabalhos. Ponto 16: Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 33/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de exigir ao Governo da República Portuguesa a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes”. Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e, para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que é urgente a reparação do passivo ambiental resultante da ocupação da Base das Lajes pelas forças militares norte-americanas. O relatório do LNEC de 2016 é claro ao recomendar, e cito, “a implementação urgente das ações de reabilitação necessárias”, o que é a prova de que as ações de despoluição e descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira não se tem realizado com a celeridade e com a eficiência que exige uma situação desta gravidade.

Considerando que o Governo da República se tem vindo a desresponsabilizar deste processo de remediação ambiental, quer dos solos, quer dos aquíferos da ilha Terceira, como, de resto, são prova as declarações públicas de diferentes ministros, e atendendo que é exatamente o Estado português o principal responsável pela limpeza desta pegada ambiental, como vem claro no artigo 8.º da Lei das Finanças da RAA, nós consideramos que este assunto deve ser debatido e analisado com urgência.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos, então, votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue, assim, a tramitação normal, agora, sendo despachado para a Comissão especializada na matéria.

Avançamos para o ponto 17: Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 34/XI – “Lei de Finanças das Regiões Autónomas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa urgência, que é, não uma urgência para discussão, agora, em Plenário, mas urgência no debate e no respetivo relatório, em sede de Comissão, por forma a que este projeto de resolução de iniciativa do Bloco possa ser debatido e votado, isso, sim, no nosso próximo Plenário de junho, e esta urgência prende-se com o seguinte.

De uma forma sucinta, aquilo que o Bloco de Esquerda propõe é que esta Assembleia mandate o Governo Regional dos Açores para encetar negociações com o Governo da República, por forma a que, no Orçamento de Estado de 2018, seja contemplada a revisão da atual Lei de Finanças Regionais, repondo o nível de transferências para as regiões autónomas em linha com a Lei 1/2010, de 29 de março.

Ora, sabendo nós (e eu sei bem) que a discussão e as negociações para o Orçamento e a elaboração do próximo Orçamento para 2018 já estão a decorrer na República, e uma vez que, se aprovado este projeto de resolução, esta negociação entre o Governo Regional e o Governo da República terá forçosamente que ser incluída nas negociações para a elaboração do Orçamento para 2018, parece-nos que é de toda a urgência que, no máximo, no mês de junho e no Plenário de junho, possamos, esta casa deliberar e pronunciar-se sobre esta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência do projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto...

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Estava inscrita! Não, estava inscrita, tenho que lhe dar a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu teria o maior gosto em dar a primazia aos cavalheiros, porque não tenho nada contra, mas é significativa e é inevitável tirar algumas elações do sentido de voto do Partido Socialista, nomeadamente duas, entre outras, mas para abreviar, duas.

Primeira, é que “Os Açores primeiro” é um *slogan* político ou publicitário que, nesta casa, quanto ao Partido Socialista, não quer dizer coisa nenhuma.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vale zero!

A Oradora: A segunda elação que se pode tirar é que a alteração da Lei de Finanças Regionais, na sua versão de 2010 para a sua versão de 2013, foi uma imposição, como todos nós sabemos, da troika. O seu conteúdo foi o resultado da vontade política e da análise política do Governo PSD/ CDS. Tem, agora, o Partido Socialista a possibilidade de contribuir para que essa alteração seja

feita, e mais: permita a esta região voltar (voltar!) a ter o nível de transferências que deixou de ter em cerca de 70 a 80 milhões...

Deputado Francisco César (PS): Está a falar do voto do PS!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, nós estamos na declaração de voto da urgência, por isso, deve cingir-se, de certa forma, à sua votação da urgência ou não desta iniciativa.

A Oradora: Sra. Presidente, a minha votação era óbvia, a votação do Partido Socialista é que não é. Portanto, eu tenho que fazer alguma referência...

Presidente: Sim, mas peço-lhe que faça o enquadramento...

A Oradora: ... à minha por contraposição à do Partido Socialista.

Presidente: Sim, mas apenas relevo que o que está aqui em discussão, para todos os efeitos, é a votação da urgência e não da matéria em causa.

A Oradora: Eu sei, da urgência.

A urgência, para o Bloco de Esquerda, é o facto das negociações para a elaboração do Orçamento de Estado para 2018 já estarem a decorrer, há algum tempo, diria mesmo, há bastante tempo, conforme eu sei muito bem, e quanto mais tarde houver uma resolução sobre esta proposta e sobre a sua introdução ou não em negociações que têm que ser feitas no conteúdo do Orçamento de Estado para 2018 pior para a RAA.

Portanto, Sra. Presidente, termino como iniciei: “Os Açores primeiro” é um *slogan* político-partidário.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Bradford, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, mais uma vez, para deixar registado que o Partido Socialista discorda da forma como o Bloco de Esquerda faz declarações de voto, uma vez

que se dedica a interpretar e comentar o sentido de voto dos outros partidos em vez de explicar aos açorianos por que é que vota de uma determinada maneira.

E se é óbvio que, sendo uma iniciativa do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda aprova a sua iniciativa, então, não faz declaração de voto, se é tão óbvio assim. Agora, para comentar os votos dos outros, está a fazer mau uso da figura regimental.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação.

E agora, para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputada Zuraida Soares (BE): Agora só vai falar do seu sentido de voto!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista vem justificar o seu voto, e é para isso que servem as declarações políticas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Declarações de voto!

O Orador: As declarações de voto. São políticas, por princípio, não fora esta casa uma casa política.

O Partido Socialista considera que “depressa e bem não há quem” e há matérias que não devem ser discutidas com leviandade, à pressa, de uma forma atabalhoada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi isso que fizemos aqui!

O Orador: O que nós consideramos é que qualquer discussão que possa vir a ser feita relacionada com a Lei de Finanças Regionais deve ser feita de uma forma cautelosa, ouvindo as partes envolvidas e por forma a que qualquer pronúncia desta Assembleia seja uma pronúncia cuidada e que sirva para, passo

o pleonasmo, servir melhor os açorianos e não para fazer um atabalhado número no Parlamento para obter um ou outro dividendo político.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também não é uma declaração de voto!

O Orador: Porque, se fôssemos por aí, nós teríamos outro tipo de atitude. O Bloco de Esquerda, se quisesse ser mais consequente, e foi este o motivo pelo qual nós votamos desta maneira,...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... se fosse por esse motivo, o Bloco de Esquerda poderia perfeitamente ter falado com o seu grupo parlamentar na Assembleia da República, já que essa é uma iniciativa que é da exclusiva competência da Assembleia da República, mas nós percebemos que já é a segunda vez que o faz neste Parlamento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Depois da interpelação do Sr. Deputado André Bardford ...!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente, pela paciência e pela a atenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A interpelação prende-se com o seguinte, Sra. Presidente.

Primeiro, é difícil o Bloco de Esquerda receber uma lição de moral sobre o que é uma declaração de voto quando, a seguir, tem uma declaração de voto que é bem mais informal e antirregimental do que aquela que fez. A segunda observação é que eu faço questão de dizer, nesta casa, com permissão da Sra. Presidente, que as decisões tomadas dentro deste Parlamento...

Presidente: Sra. Deputada,...

A Oradora: ... não são nem à pressa nem atabalhoadas.

Presidente: ... está a usar da palavra para uma interpelação à Mesa!

A Oradora: E acho que nenhum deputado nem deputada desta casa deve aceitar que tal seja afirmado por um deputado desta casa.

Portanto, as decisões aqui tomadas, com ou sem urgência, não são à pressa, não são atabalhoadas, não são em cima do joelho, são tomadas com toda a responsabilidade que o povo nos conferiu.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, a Mesa regista a sua interpelação, dizendo que permitiu ao Sr. Deputado Francisco César que fizesse a sua declaração de voto nos mesmos termos em que permitiu à Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não era preciso era a moral! Se era para fazer nos mesmos termos, não valia a pena!

Presidente: Tem a palavra...

Sras. e Srs. Deputados! Este debate já acabou.

Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas.

Eram 15 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 07 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos, então, continuar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 18: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 35/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de descontaminação de solos e aquíferos na ilha Terceira”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD propõe um projeto de resolução sobre o processo de descontaminação de solos e aquíferos na ilha Terceira com um caráter de urgência porque: primeiro, após um ciclo de diplomacia, terminado na última comissão bilateral, é importante uma tomada de posição assertiva da Assembleia Legislativa da RAA; segundo, é importante um protesto às declarações dos ministros do Governo da República, que foram um sinal de desrespeito, desinteresse, falta de responsabilidade e desarticulação total sobre um assunto urgente para os Açores e para o país; terceiro, porque o Governo da República tem de assumir, de uma vez por todas, as suas responsabilidades legais e políticas no processo; quarto, porque é importante apelar à intervenção...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isto é o pedido de urgência, Sra. Presidente!

O Orador: ... do Presidente da República neste processo, assumindo este assunto como uma causa nacional que necessita de ser tratada com a máxima atenção e celeridade.

Apelar também que o mesmo coloque este assunto na sua visita aos Açores, nos próximos dias.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista concorda, aliás, conforme já teve oportunidade de o demonstrar, hoje, através do voto, numa iniciativa do CDS-PP de carácter semelhante e em que se requeria a urgência, com a urgência ou na manutenção da urgência, melhor dito, deste Parlamento acompanhar este assunto, tomar uma posição enérgica sobre este assunto, que deve ser orientada pela procura de consensos, pela legitimidade, pela verdade substantiva do processo e também da sua história, para isso, o Partido Socialista está e estará sempre disponível.

Ficámos com uma boa esperança na sequência da interpelação que, em boa hora, o CDS-PP trouxe, no início deste período de Plenário, acerca do tom geral que foi empregue pelas diversas forças partidárias no sentido da importância e da sensibilidade da delicadeza destas relações internacionais, da necessidade de equilíbrio, da necessidade de fazermos consensos, de legitimarmos e de termos uma posição o mais coesa e unida possível para a defesa dos Açores.

Tive, aliás, neste ensejo, a oportunidade, inclusivamente, de elogiar a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas. Fico, pois, um pouco surpreendido quando o Sr. Deputado César Toste vem falar em protestos que, tecnicamente, até têm outra figura, que vem falar em ministros, mas há tanto ministro que já faz parte desta história, e, portanto, nessa medida, nós pensamos que a urgência se justifica, o consenso justifica-se, mas o que o PSD vem pedir é algo de diferente, porque o Sr. Deputado esqueceu-se de referir, como é óbvio, a dispensa de parecer da Comissão sobre esta matéria. E nós pensamos neste caso, porque isto faz a diferença, porque não podemos ter, sobre esta matéria, um comportamento ciclotímico, um comportamento ambivalente, não podemos querer, na terça, consenso, responsabilidade, firmeza serena e queremos omitir

uma parte da história, passados dois dias, fazer um texto adjetivado e necessariamente parcial, um texto que, pela forma legítima que se tenta usar, tem, necessariamente, condicionantes, desde logo, porque não permite o diálogo, não permite, pela sua natureza, o consenso, não permite auscultação, ainda que formal ou informal, do Governo, que, também, deve, naturalmente, participar deste consenso. Portanto, há aqui uma ciclotimia que nós não percebemos e que nos parece, de qualquer modo, grave e, de qualquer modo, de evitar.

Nós pensamos que esta iniciativa foi, com certeza, feita com boa fé e para merecer a aprovação. Nós não podemos, infelizmente, face àquilo que disse, aprová-la porque a dispensa de exame em Comissão tem, para nós, todas estas desvantagens que, parece-me, todos concordamos ou concordávamos, pelo menos, na terça-feira. Mas somos coerentes e, em coerência, o PS, naturalmente, logicamente, em nome da eficiência e de uma posição construtiva e firme desta Assembleia, tal como concorda com a urgência do CDS-PP, também pode comprometer-se, aqui, a que tudo fará para que, na prática, este diploma acabe por ter, até pela sua similitude de tema, pela analogia de substância, o mesmo tratamento urgente que reconhecemos ao CDS-PP.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E assim será feito por nós, até porque, volto a repetir, não podemos esquecer que, por exemplo, há já algum tempo, o Sr. Presidente do Governo comunicou à Comissão competente, a Comissão de Política Geral, que, sobre a matéria da Base das Lajes, queria voltar a fazer um balanço, uma análise com a Comissão de Política Geral. Penso que também será, nesta matéria, e face às posições recentes, onde também se preveem e se esperam evoluções rápidas, de bom tom aguardar por essa oportunidade e porque, neste caso, também a urgência não pode ser entendida ou confundida com precipitação. Porque em política o ridículo também mata, o exagero e a descredibilização em nada

contribuem para o sucesso e para a solidez desta causa. E também, nesta medida, não basta atravessar o mar para justificar ou legitimar mudanças de posições e exageros que, felizmente, são inaceitáveis.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Face a isto, o Partido Socialista dará, na prática, a esta iniciativa o mesmo tratamento que vai dar à iniciativa análoga do CDS-PP e mantém a sua disponibilidade, com celeridade, com a urgência, que se tente e se consiga uma posição consensual, forte, legitimadora e credível desta casa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que todos os pontos que aqui são referenciados nesta iniciativa são pontos que têm um grande interesse político para a região, do ponto de vista da afirmação dos legítimos interesses da RAA.

E a questão é basicamente a seguinte, colocando no âmbito da urgência. É que eu considero que se estes consensos, nós, na região, conseguirmos realizar, estes consensos não podem ser consensos entre o vencedor e os vencidos; estes consensos têm que ser concretizados no âmbito de uma igualdade de circunstâncias, de uma igualdade de direitos e numa igualdade do ponto de vista da dignificação institucional de cada partido.

O Partido Socialista chama a estes consensos, no âmbito do seu programa eleitoral, liderança: liderança do processo autonómico, liderança da forma como se consensualizam posições na região. Ou seja, isto, sem eufemismos, é a imposição de um consenso nos termos que são definidos...

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: ... pelo Partido Socialista e é o que nós vemos no âmbito da posição que se está aqui a definir em relação à votação desta iniciativa, que é uma definição, uma imposição da posição do Partido Socialista em relação às outras forças políticas e eu não considero esta posição a posição certa para a defesa dos interesses da região. A nossa tomada de posição tem que ser uma tomada de posição livre, em que todos tenham um peso significativo e em que a tomada de posição tenha um carácter horizontal e que não seja sistematicamente o Partido Socialista apelando à generosidade política dos outros partidos políticos, à generosidade das diversas forças políticas, impor a sua visão do que é que é consensual e do que é que não é consensual.

E, de facto, olhando para os pontos que aqui estão, no âmbito da urgência, para já, o número 3, “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apela ao Sr. Presidente da República que intervenha neste processo de forma a garantir que os direitos da região são respeitados e que esta matéria é tratada como uma causa nacional”. Eu penso que era da maior importância que esta iniciativa fosse aprovada antes da vinda e da deslocação do Presidente da República a esta região para que o Presidente da República já fosse confrontado com uma posição institucional por parte do Parlamento dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Portanto, há aqui, evidentemente, um interesse e uma urgência nesta tomada de posição e, no melhor contexto possível, é que o Presidente da República já tenha uma posição definida por parte do Parlamento dos Açores.

Portanto, nem que fosse apenas por esta tomada de posição, esta urgência e a definição de uma tomada de posição deste tipo já seria perfeitamente plausível e já defenderia o interesse da região.

Mas há outras.

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta contra as lamentáveis declarações dos Srs. Ministros dos Negócios Estrangeiros da

Defesa e do Ambiente sobre o processo de descontaminação dos solos e equíferos da ilha Terceira”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem devia baixar à Comissão!

O Orador: É urgente! É urgente que os diversos ministros que têm desrespeitado os interesses dos Açores, cujos ministros que mostram uma negligência absoluta em relação a estes assuntos, evidentemente, por parte desta Assembleia e de forma consensual, estas suas declarações sejam, aqui, objeto de censura. É urgente! Esta posição já deveria ter sido tomada há mais tempo para que os ministros, quando falam dos Açores e dos interesses dos Açores, pelo menos, tenham a preocupação de estudar os dossiers e, pelo menos, tenham a preocupação de fundamentarem as suas posições e que, pelo menos, tenham a preocupação de, em relação aos documentos que até tiveram oportunidade de subscrever, reafirmar que vão cumprir a sua palavra e a sua obrigação institucional.

Um segundo ponto. “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores...

Presidente: Sr. Deputado, não pode ler os pontos resolutivos todos, porque, no fundo, está a falar diretamente da iniciativa em causa. Portanto, pode justificar a urgência sem debater todos os pontos do projeto de resolução. Isto é subverter, claramente, a figura regimental em que estamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os pontos são importantes!

O Orador: Oh, Sra. Presidente,...

Presidente: Nós estamos a debater a urgência!

O Orador: ... tivemos dois discursos anteriores que não foram interrompidos, eu estou a falar da urgência, estou a dizer que o número 3, porque o Sr. Presidente da República vem aqui, estou a falar...

Presidente: O senhor está a ler o projeto de resolução!

O Orador: ... que considero que todos estes pontos são urgentes, Sra. Presidente.

Presidente: Sim, mas o senhor está a ler o projeto de resolução!

O Orador: Pelo amor de Deus! Há uma discriminação objetiva da forma...

Presidente: O proponente nem isso fez, e bem; o proponente deu exemplos daquilo...

O Orador: Olhe, Sra. Presidente, por mim, na medida em que a Sra. Presidente está a criar mais um incidente parlamentar, da minha parte,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: ... deixo-me de pronunciar em liberdade, que não consigo fazer.

Deputado Paulo Parece (PSD): Diga lá o que quer que ele diga!

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa não se deixa pressionar por essa sua forma de estar. Eu chamei-lhe a atenção como chamo, por diversas vezes, todas as outras bancadas. Portanto, o senhor, se não quer continuar a sua intervenção, fá-lo de livre vontade.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para interpelar a Mesa dizendo que o Grupo Parlamentar do PSD discorda frontalmente da sua posição e da sua prestação em relação àquilo que estava a ser apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Fica registada, Sr. Deputado, a sua interpelação.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais alguma inscrição sobre esta matéria.

Sr. Deputado Francisco Coelho, pede a palavra para?

Deputado Francisco Coelho (PS): Ah, tem razão, não posso!

Presidente: No âmbito da urgência, cada bancada só pode intervir uma única vez.

Presidente: Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 3 do CDS-PP; 17 a favor do PSD; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD faz esta declaração de voto perante este chumbo desta urgência deste processo, porque para o PSD o assunto da descontaminação é urgente e a postura que foi, porque nós estamos a analisar não a postura do Governo Regional, mas a postura do Governo da República, que, nos últimos tempos, foi irresponsável perante os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E consideramos que se em outras alturas esta casa da autonomia foi unânime perante faltas de solidariedade nacional em que a situação de urgência e nós consideramos que isto é uma causa nacional e está espelhada na nossa opinião, no nosso projeto de resolução, nós consideramos e achamos,...

Deputado André Bradford (PS): Isto é o debate da urgência, Sr. Deputado!

O Orador: ... o PSD fica extremamente triste e considera que há partidos nesta casa que não estão ao lado dos açorianos e dos Açores nesta matéria da descontaminação dos aquíferos e solos da ilha Terceira.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto.

Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou a favor desta urgência porque: nos seis pontos resolutivos deste projeto de resolução três são cartas, não é preciso ir a nenhuma comissão o envio de cartas, é só pôr um envelope e um selo de correio; os três primeiros pontos, ao longo deste Plenário, desde terça-feira de manhã, bem como de Plenários anteriores, todos chegámos à conclusão que estamos de acordo em rejeitar declarações feitas por sucessivos ministros da República,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... em exigir respeito e o cumprimento da lei e das obrigações a que o Governo da República está obrigado perante a RAA e o facto de trazermos para esta contenda nacional a figura do Presidente da República não nos repugna em nada. Por isso, o Bloco de Esquerda interroga-se: para que é que este projeto de resolução precisa de ir a Comissão? É esta a pergunta.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Já percebi, efetivamente, pela evolução do debate, o que se pretendia, efetivamente, era arranjar uma forma aqui de voltar à substância. Eu tenho que chegar à conclusão que a terça-feira e o tom cordato institucional era verniz pouco espesso e que, afinal, o que se pretende é discutir aquilo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é uma justificação da urgência?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Mas o seu comportamento melhora muito o nível, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo!

O Orador: O que se pretende discutir, nesta casa, afinal, é a substância. É legítimo inferir da minha parte que alguns chegaram à conclusão que, terça-feira, alguma coisa não correu bem; nós achamos que correu muito bem, sobretudo, achamos que foi indiciado aqui o tom certo que os Açores precisam nesta matéria, porque isto só se faz com verdade e com rigor.

Deputado Luís Garcia (PSD): Imagine se o Governo tinha outra cor!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Repudiar o atentado de política, foi o que vocês decidiram!

O Orador: Quando o projeto de resolução do PSD...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Aprovado por unanimidade, quando o Governo não é vosso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: É sempre bom deixar o PSD demonstrar o seu sentido de democraticidade, Sra. Presidente.

Quando o primeiro parágrafo...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sempre aprovado por unanimidade...!

O Orador: ... da resolução do PSD situa a história em 2008 (por acaso parece-me que começou em 2013), curiosamente o segundo parágrafo passa para abril de 2016...

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, terei que lhe fazer a mesma advertência. No âmbito da declaração de voto, peço-lhe que se cinja ao sentido de voto do Partido Socialista.

O Orador: Sra. Presidente, eu estou disposto e o meu grupo parlamentar ficará muito honrado de ser o único que não entrou na substância deste diploma.

Mas exatamente porque há aqui apagamentos leninísticos que não são permitidos, é preciso que a Comissão analise este diploma. E vamos ver que, afinal, vai ter a sua utilidade, de acordo, naturalmente, com as regras

democráticas, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Não se preocupe. Aliás, a sua presença aqui é, felizmente, uma garantia dessa democraticidade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(Inaudível)

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O CDS-PP, em relação a esta matéria, está muito confortável. A necessidade de a urgência deste assunto ser tratada com seriedade foi trazida a este Plenário pela mão e pela palavra do CDS-PP, que, desde o início, se preocupou com a contaminação dos solos, dos aquíferos da Praia da Vitória, sozinho, sem nenhum partido ao lado; traz a debate uma interpelação ao Governo sobre esta matéria.

Portanto, que estranho que, há dois dias, quando havia partidos que aquilo que achavam que se devia fazer era um estudo internacional e à prova de bala, agora, a sua urgência não possa esperar um mês, porque urgência com baixa à Comissão este assunto volta a ser trazido a Plenário, onde vamos estar todos juntos a discutir esta matéria, a concertar posições para poder trazer uma posição unânime, forte e determinada dos Açores em relação à República. Mas, neste momento, a pressa é enorme, não percebo se em relação ao PSD querer ouvir o Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, se é porque ele vai fazer o estudo, se é porque ele é internacional ou só porque ele é à prova de bala.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda que fortemente condicionado pela condução dos trabalhos, vou aqui dar a opinião livre (livre!) do PPM sobre este assunto. E o que eu devo dizer é que nós votámos a favor da urgência porque consideramos que os diversos pontos que aqui foram considerados e aqui estão descritos e que aqui são propostos no âmbito desta recomendação são, de facto, posições políticas que devem ser tomadas com urgência e que devem ser aprovadas com urgência por parte do Parlamento dos Açores.

Por isso, enquanto me for possível, vou explicar, do ponto de vista racional, a nossa livre posição.

Nós considerámos que, em relação ao ponto número 1, é, de facto, urgente e por isso votámos favoravelmente que os ministros do Governo da República que descartaram em sucessivas declarações no Parlamento, na Assembleia da República, que descartaram as responsabilidades do Governo da República sobre esta matéria, devem ser veementemente condenadas. Esta matéria é urgente e nós reafirmamos esta opinião. É urgente que este posicionamento por parte do Parlamento dos Açores seja tomado depressa e já. E não é preciso que esta posição seja definida numa comissão, porque esta posição é evidente e decorre da obrigação de todos os deputados e dos diversos grupos e representações parlamentares quando juraram defender a autonomia dos Açores.

A segunda questão, e por isso consideramos que era urgente que a Assembleia exija ao Primeiro-Ministro e ao Governo que assumam as suas

responsabilidades. Por que é que consideramos que é urgente? Porque não o estão a fazer. Não o estão a fazer na prática e também não o estão a fazer do ponto de vista político, quando são confrontados com essa situação.

Portanto, é urgente e não precisa que nenhuma comissão parlamentar estude o óbvio, e o óbvio é que o Governo da República, os diversos membros do Governo não estão a assumir as suas responsabilidades.

Em terceiro lugar, votámos favoravelmente porque nós consideramos que, nas atuais circunstâncias, no atual contexto, é importante que a deslocação do Presidente da República, que, no âmbito dessa deslocação, o Presidente da República seja confrontado com uma posição, por parte do Parlamento dos Açores, que gostaríamos que tivesse sido unânime, mas uma posição forte, em defesa da autonomia dos Açores e em defesa daqueles que são os interesses da RAA, que também são os interesses de Portugal, porque a RAA não pode ficar com as consequências da presença militar de uma potência estrangeira, que muito beneficiou, essa potência e também o conjunto do país, e depois somos nós que ficamos inteiramente com a responsabilidade. Isso é inadmissível e é essa posição que devia ter sido transmitida ao Presidente da República, de uma forma veemente, por esta casa, e, infelizmente, não o vai ser, porque a maioria socialista inviabilizou esta tomada de posição.

E finalmente, em relação aos outros pontos, é evidente que estas decisões que são eminentemente políticas deveriam ser transmitidas aos diversos intervenientes. E aqui também não vejo nenhuma vantagem de uma discussão em Comissão.

Por isso, e concluindo esta declaração de voto, é incompreensível esta tomada de posição do Partido Socialista, que prejudica gravemente a unanimidade das diversas forças políticas em defesa dos interesses dos Açores.

Os senhores faltaram à chamada, hoje, e nesta iniciativa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Vamos, então, passar à leitura da proposta de deliberação final, uma vez que terminámos a nossa Agenda.

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de maio.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final apresentada foi aprovada por unanimidade.

Estão encerrados os trabalhos.

Uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 16 horas e 36 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Documentos entrados

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Altera a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Primeira alteração à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) - n.º 513/XIII/2.ª (PCP) – n.º 77/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 06;

Assunto: Prevê a obrigatoriedade de consulta prévia aos municípios nos procedimentos administrativos relativos à prospeção e pesquisa, exploração experimental e exploração de hidrocarbonetos - n.º 515/XIII/2.ª (PS) – n.º 78/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 06.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos, com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana, fixando o processo de avaliação da qualidade e de remediação do solo, bem como a responsabilização pela sua contaminação, assente nos princípios do poluidor-pagador e da responsabilidade - MA - (Reg. DL 213/2016) – n.º 34/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 05 – 11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 05 – 31.

3 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [1.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/A, de 25 de julho, que criou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores – SIDART – n.º 9/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 16.

4 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à restauração e hotelaria para a aquisição de produtos açorianos – n.º 30/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 26;

Assunto: [Recomenda ao Governo a criação de um regime de apoio às práticas agrícolas tradicionais com valor educativo e cultural – n.º 32/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 17;

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de exigir ao Governo da República Portuguesa a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes – n.º 33/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16

Pedido com urgência;

Assunto: [Lei das Finanças das Regiões Autónomas – n.º 34/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 05 – 17

Pedido com urgência;

Assunto: [Processo de Descontaminação de Solos e Aquíferos na ilha Terceira – n.º 35/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 05 – 17

Pedido com urgência e dispensa de exame em Comissão.

5 – Proposta de Resolução:

Assunto: [Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas – n.º 2/XI](#)

Proveniência: [PS, PSD, CDS-PP e BE e Representações Parlamentares do PCP e do PPM](#)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Classificação do Forte de São João Baptista, na ilha de Santa Maria](#)

Autores: Paulo Parece e César Toste (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 11

Referência: 54.03.01 – N.º 221/XI;

Assunto: [Ação inspetiva ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira](#)

Autores: Zuraída Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 11

Referência: 54.06.03 – N.º 222/XI;

Assunto: [Porto Comercial e de Recreio Náutico das Lajes das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 11

Referência: 54.04.08 – N.º 223/XI;

Assunto: [Requalificação e manutenção na Estrada Regional 1-2.º - acesso ao Porto Novo - Caminho de Baixo, Calheta](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15

Referência: 54.01.05 – N.º 224/XI;

Assunto: [Projeto de construção de novos navios para o transporte marítimo de passageiros, viaturas e mercadorias inter-ilhas](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel
(CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15

Referência: 54.01.00 – N.º 225/XI;

Assunto: [Fábrica da Cofaco da Madalena, do Pico](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16

Referência: 54.06.06 – N.º 226/XI;

Assunto: [Atrasos nas ligações asseguradas pela SATA entre Lisboa e a ilha Terceira](#)

Autores: Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras
(CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16

Referência: 54.01.03 – N.º 227/XI.

7 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Lixeira da ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15

Referência: 54.04.07 – N.º 111/XI;

Assunto: [O transporte de colmeias para a ilha do Corvo continua bloqueado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15

Referência: 54.07.09 – N.º 143/XI;

Assunto: [Mobilidade aérea entre as ilhas do arquipélago dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15

Referência: 54.04.00 – N.º 170/XI;

Assunto: [Portal do Beneficiário](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15

Referência: 54.04.00 – N.º 203/XI;

Assunto: [Contratos de arrendamento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16

Referência: 54.07.00 – N.º 88/XI.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI – “Concelho Económico e Social dos Açores”

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2017 – 05 – 17;

Assunto: Pedido de retirada do Projeto de Resolução n.º 31/XI – “Recomenda ao Governo Regional que reivindique à administração do banco Santander Totta a continuação do apoio à economia açoriana e aos cidadãos açorianos, tal como era cumprido pelo Banif e pelo BCA”

Proveniência: João Paulo Corvelo, Deputado da Representação Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2017 – 05 – 17.

9 - Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de maio de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16;

Assunto: [Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 497/III/2.ª \(BE/PAN\) – Proíbe a realização de novas concessões para exploração de hidrocarbonatos no território nacional – n.º 64/XI-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 68/III/2.ª \(GOV\) –Altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios – n.º 71/XI-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 60/III/2.ª \(GOV\) – Cria um sistema de informação cadastral simplificado – n.º 72/XI-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16;

Assunto: [Pedido de levantamento de imunidade parlamentar da deputada Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira a fim de ser constituída arguida, prestar TIR e ser interrogada no âmbito do processo de inquérito n.º 748/16.8T9AGH](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16;

Assunto: [Pedido de autorização para que o deputado Luís Carlos Correia Garcia possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo de Ação de Impugnação Judicial da Regularidade e Licidade do Despedimento \(Processo n.º 13/17.3T8HRT\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 16;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de maio de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de maio de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

XI Legislatura

Número: 23

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 18 de maio de 2017

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 05 – 15.

A redatora: *Sónia Nunes*